INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 15 - Nº 4 - 15 DE ABRIL DE 1995 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



SAFRA DE VERÃO:
boa colheita, comercialização problemática

ECONOMIA E MEIO-AMBIENTE

CRÉDITO RURAL NOS ANOS 90

ELISEU ALVES:
o futuro da pesquisa

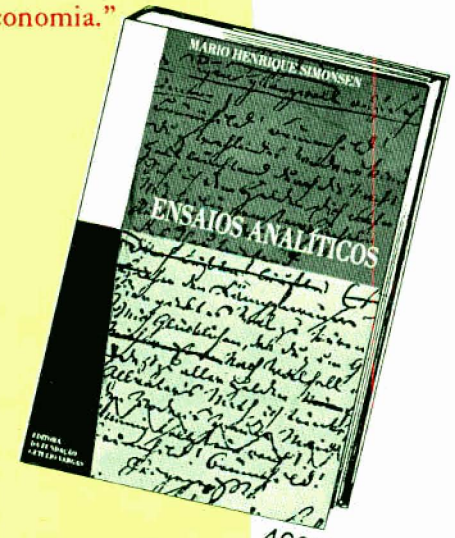


Uma viagem pelo mundo da filosofia da ciência, da matemática, da física e, por uma "paixão pessoal", uma digressão no mundo da música.

ENSAIOS ANALÍTICOS

de Mario Henrique Simonsen

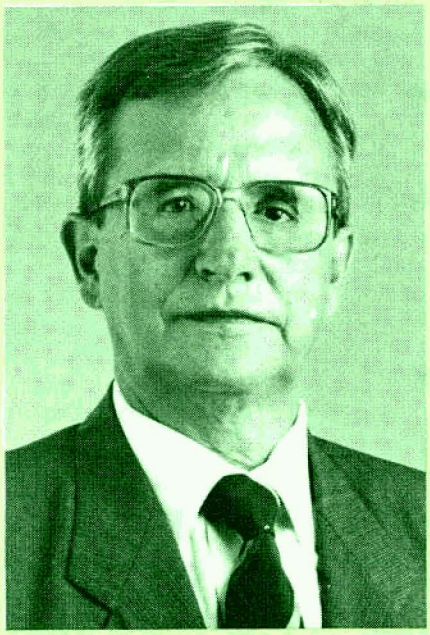
"A metodologia da pesquisa científica aplicada à economia com um tempero diferenciado: como surgiram as grandes idéias e descobertas em outros campos do conhecimento humano, onde a revelação da verdade não fere tantos interesses quanto na economia."



460 p.

Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 190, 6º andar
22.253-900, Rio de Janeiro, RJ
✆(021) 551-0698
Fax: (021) 551-7801

Nova estrutura para a pesquisa



Eliseu Alves

Com uma vasta lista de serviços prestados ao governo, o ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Eliseu Alves, aprendeu que a ação dos maus políticos e mais o corporativismo formam uma combinação perversa, que pode destruir qualquer instituição pública. No sistema oficial de pesquisa agrícola do país, não é diferente. Ele expôs essa situação ao então presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, em dezembro passado. Mas nem por isso o processo de sucessão dentro da Embrapa deixou de ser influenciado pela forte pressão dos políticos. Ao contrário. A disputa pela presidência da empresa nunca foi tão acirrada.

Aos 64 anos, dos quais 17 dedicados à extensão rural e outros 22 à pesquisa agropecuária, esse mineiro de São João Del Rey foi o segundo brasileiro a receber o título de doutor honoris causa *pela Universidade de Purdue (o primeiro foi o professor de economia agrícola de Viçosa, Edson Potsch Magalhães), exatamente onde cursou o mestrado e o doutorado em economia rural. Pesquisador de renome internacional, com mais de 80 trabalhos publicados no Brasil e no exterior, Alves gosta de lembrar uma história que, na avaliação dele, ilustra bem o modo como os políticos atuam nas instituições públicas do país.*

Em um encontro casual, no mesmo avião em que viajavam para Belo Horizonte, o então deputado federal Magalhães Pinto tentou saber por que razão os seus pedidos políticos não eram atendidos. "Argumentei que ele estava recomendando pessoas com um currículo muito ruim e que, por esta razão, não tinha como atendê-lo, porque isso violaria todas as normas e a política de contratação de recursos humanos da Embrapa." Alves foi surpreendido por um gesto carinhoso do deputado, que colocou a mão no seu ombro e retrucou: "As pessoas de bom currículo, o sr. está atrás delas. Os que precisam de mim são os que têm currículo ruim".

Alves defende um modelo capaz de minimizar as influências nefastas dos políticos e do corporativismo sobre as instituições. Ele concedeu entrevista a Agroanalysis *para falar sobre a sua proposta de reestruturação institucional da pesquisa e da extensão rural no país.*

■ *O senhor considera essa ação dos políticos antiética, imoral?*

— Não. O político tem que demonstrar que tem poder. O problema dele é a próxima eleição. Portanto, é da natureza das coisas os políticos agirem como agem. Eles atuam assim no Brasil e em todos os países do mundo. Geralmente, quem procura os políticos são os que menos têm a oferecer a uma empresa como a Embrapa, por exemplo. Procuram para obter promoção e cargos de direção dentro da empresa. Os que estão realizando o seu trabalho como cientistas não têm tempo para cultivar relações com os políticos. Por outro lado, os políticos procuram proteger exatamente as pessoas que não são capazes de progredir por conta própria. Isso estabelece uma simbiose muito ruim entre a banda podre da política e o pessoal que quer fazer carreira sem o necessário esforço.

■ *Quais os malefícios que a influência política e o corporativismo trazem para uma empresa como a Embrapa?*

— Einstein respondeu certa vez que 99% do sucesso na vida dele foi suor. Quando se sinaliza que o caminho mais curto para promoções dentro da empresa pode ser a amizade com um político, está-se provocando um estrago na cabeça do cientista. O seu progresso dentro da empresa deve ser conseqüência única e exclusiva de observar melhor a natureza e produzir resultados úteis à sociedade. Em vez disso, ele acaba indo atrás dos políticos dispostos a apadrinhamentos e que, normalmente, não são os melhores do ponto de vista moral. Essas alianças trazem as divisões partidárias para dentro da empresa e promovem desvirtuamentos sérios. Os centros perdem a visão nacional e orientam as suas linhas de pesquisa para

agradar o prefeito ou o governador, responsáveis, afinal, pelas indicações dos dirigentes dessas unidades de pesquisa.

■ *É possível montar um sistema institucional que livre as organizações desse tipo de influência?*

— Claro que sim. A solução encontrada nos países avançados e que está se espalhando pela América Latina é ter um conselho deliberativo. Ele tem um poder de vida e morte sobre a instituição. Ele escolhe os nomes para a presidência e para a diretoria da empresa, define orçamento, linhas de pesquisa e, inclusive, o planejamento estratégico da organização. O Conselho terá participação igualitária: cinco representantes do governo, incluindo um dos funcionários da Embrapa, e cinco das entidades do setor rural. Seria exigido, pelo menos, nível de doutorado para os representantes do governo, além de grande experiência em pesquisa. É uma forma de levar os políticos a selecionar pessoas mais competentes. Às vezes o fato de ter doutorado não significa muita coisa. Mas pelo menos representa um esforço adicional em relação ao que não o fez. As entidades de trabalhadores, de produtores e suas cooperativas e da agroindústria teriam o direito de indicar três candidatos cada uma. Não precisariam, por enquanto, ter nível de mestrado ou de doutorado, mas seria exigida uma larga experiência em pesquisa. Os nomes indicados passariam pelo crivo de um comitê de notáveis, formado por cientistas e alguns integrantes das áreas agrícola e industrial designados pelo presidente da República. Os conselheiros teriam mandato definido e só o perderiam por decisão própria ou por ato muito grave.

■ *Quais as vantagens de se adotar um conselho desse tipo?*

— Primeiro se estabelece um filtro entre as ações dos políticos e dos técnicos. Os políticos, é evidente, vão procurar interferir junto a esse conselho. Mas como ele foi selecionado de uma forma independente e nenhum conselheiro está fazendo carreira dentro da Embrapa, eles poderão guardar uma distância e uma autonomia dos políticos praticamente impossíveis, atualmente, aos técnicos da empresa. O segundo ponto é a condição dos conselheiros de melhor avaliarem, promoverem e demitirem os funcionários da Embrapa. Isso porque eles não fazem parte da burocracia da empresa. Um terceiro aspecto, de extrema importância, é que as entidades do setor terão assento dentro da Embrapa. Atualmente, eles participam apenas de conselhos não-deliberativos. Nesse novo conselho, os clientes vão poder influenciar de modo direto as políticas da empresa, o que é um mecanismo de participação muito importante na sociedade moderna. Eles vão poder dizer o que querem que a Embrapa faça. Hoje, isso é muito mais fruto e produto exclusivo de decisões do corporativismo da Embrapa.

O conselho deliberativo foi a forma que os países que possuem democracia há muito tempo encontraram de isolar de maneira apropriada a má influência da política partidária e do corporativismo sobre as instituições de pesquisa.

■ *As universidades norte-americanas e as instituições de pesquisa internacionais melhoraram o seu funcionamento depois que criaram os seus conselhos deliberativos?*

— Sem dúvida. O conselho deliberativo foi a forma que os países que possuem democracia há muito tempo encontraram de isolar de maneira apropriada a má influência da política partidária e do corporativismo sobre as instituições de pesquisa. A Universidade de Purdue, por exemplo, possui um conselho com sete membros, três deles representando o Estado, que é dono da universidade, e os outros quatro os vários segmentos da sociedade, inclusive os ex-alunos. Mas a corporação mesmo não tem assento no conselho. Outra vantagem é que o conselho deliberativo permitiu a participação mais ativa dos clientes nos rumos da organização, inclusive ajudando a captar mais recursos. Há, porém, um lado ruim nessa participação, que precisa ser neutralizado. A influência da clientela sobre a instituição pode determinar prioridade para as pesquisas de curto prazo. O jeito de contornar isso é reservar uma parte do orçamento da Embrapa, por exemplo de 10 a 25%, para ser aplicada em pesquisas de alto risco, não esquecendo do longo prazo. Por isso mesmo, é importante a participação paritária de representantes do governo no conselho. Esses cientistas do maior calibre vão ter condições de defender uma pesquisa mais estratégica, estabelecendo melhor um balanço entre as coisas de curto e de longo prazos.

■ *Nesse novo desenho institucional, a quem caberia a formulação da política de pesquisa agrícola do país?*

— Ao próprio conselho deliberativo. Ele pode ajudar a reconstruir um sistema estadual de pesquisa, que está praticamente falido, e desenvolver parcerias com a iniciativa particular. O conselho também poderia funcionar como uma agência de repasse de recursos para projetos julgados competitivos pelos conselheiros. Assim, o seu orçamento poderia ser dividido em duas partes: uma para aplicar dentro da Embrapa e outra para estimular o desenvolvimento da pesquisa estadual e da particular.

■ *Isso acabaria com o poder quase monopolístico da Embrapa de gerar tecnologia?*

— A idéia é reconstruir o sistema de pesquisa no país. A má política condenou as instituições estaduais a uma grande decadência. A quase totalidade do orçamento da maioria delas destina-se a pagar pessoal. A ação dos políticos transformou-as em verdadeiros cabides de emprego. As universidades, por sua vez, trabalham na base de demanda de projeto. Não há programas integrados de pesquisa e elas estão cada vez mais saindo do meio rural. A iniciativa particular tem alguma pesquisa na área de híbridos, onde é possível esconder o segredo. Sem uma lei de patentes e com o alto custo de se fazer pesquisa no país, pela restrição imposta à contratação de técnicos estrangeiros e à importação

de equipamentos e material, de reagentes, a iniciativa particular não conseguiu entrar no sistema de pesquisa. Fica mais barato montar um laboratório de pesquisa no exterior do que no Brasil. Outro fator foi a excessiva proteção à indústria brasileira, que levou-a à vida mansa, sem se preocupar com o longo prazo e com o investimento em pesquisa. Com tudo isso, a Embrapa ficou sozinha. Como formou recursos humanos e é uma instituição flexível do ponto de vista organizacional, ela dominou o cenário da política de pesquisa brasileira. Mas isso é um erro para um país de dimensão continental como o nosso.

■ *A política de abertura ao comércio exterior não confere maior importância à pesquisa, como fator de redução de custos na agricultura?*

— Não há dúvida em relação a isso. A abertura veio para ficar. E dentro dessa realidade não há como a agricultura sobreviver em condições rentáveis sem um programa de pesquisa substancialmente maior do que o que temos hoje. Vai ganhar essa competição internacional quem tiver mais investimento em pesquisa. Por isso mesmo, é muito importante haver um sistema que agregue os esforços públicos e privados, dentro de uma política sadia de financiamento e co-responsabilidade nos projetos. Agora, mesmo na parcela dos recursos federais, onde haverá diretrizes para a aplicação do dinheiro, é possível dar alguma liberdade de escolha para as instituições estaduais e para a iniciativa particular. Sou contra a existência de um só canal de decisão em pesquisa. A história tem mostrado que isso tem um alto risco e pode trazer enormes prejuízos para a sociedade.

■ *O que a pesquisa fez até agora na área de reconversão para defender e promover a adaptação dos agricultores ao esquema de integração do Mercosul?*

— A Embrapa tem feito muita coisa em pesquisa biológica. A agricultura do Paraná e do Rio Grande do Sul não foi derrotada pela Argentina muito em função do acervo de pesquisa gerado pela Embrapa, que aumentou a produtividade do trigo e da soja, por exemplo. É bem verdade que a pesquisa se antecipou ao Mercosul, porque estava preocupada em gerar produtos a preços mais baratos para o mercado internacional. O Mercosul apenas ampliou uma pressão que já existia sobre a pesquisa biológica. O problema é a pesquisa econômica. Não estamos fazendo muita coisa nessa área. Não é só a Embrapa. Isso inclui a FGV e todas as outras instituições de pesquisa. O que se tem é trabalho de consultoria. Os cientistas sociais deviam dar maior atenção a esse problema e procurar responder ao que o governo tem que fazer em matéria de tributos, crédito, investimento em pesquisa agropecuária etc., para dar condições de competição justa aos nossos agricultores. É principalmente o custo fora da porteira. Porque, do lado de dentro, nós não perdemos para ninguém.

A agricultura do Paraná e do Rio Grande do Sul não foi derrotada pela Argentina muito em função do acervo de pesquisa gerado pela Embrapa, que aumentou a produtividade do trigo e da soja, por exemplo.

■ *Qual é o papel da pesquisa para atender à chamada agricultura de subsistência?*

— A primeira questão a ser colocada é que, no conceito técnico da palavra, a agricultura de subsistência não existe no Brasil. Aquele agricultor cuja mão-de-obra só trabalha dentro da fazenda e tudo o que produz é consumido basicamente lá mesmo, com pouca coisa vendida fora, está desaparecendo. Hoje, mesmo a chamada agricultura de subsistência está dentro do mercado. Os filhos desses pequenos produtores têm uma tentação muito grande de se mudar para a cidade, trabalhar em outro lugar e obter uma remuneração maior do que conseguem com essa agricultura de subsistência. Por essa razão, o que existe, na minha opinião, é agricultura pobre, composta por gente com pouca ou com muita terra. Conheço pessoas em estado de miséria com grande quantidade de terra na mão. Mas é terra em lugar ruim e o proprietário não tem dinheiro para fazer projeto de irrigação. A característica principal dessa agricultura é a mão-de-obra absolutamente analfabeta, sem condições de caminhar na direção de uma tecnologia moderna, com todas as suas implicações. Ou seja, ir a banco, conviver com o mercado, ter acesso a informações sobre o que está ocorrendo no Brasil e no mundo, enfim, ter capacidade gerencial no sentido amplo da palavra. Cerca de 56% da população nordestina com mais de 10 anos de idade só cursou um ano em escola pública miserável, da pior qualidade possível, que é a do meio rural do Nordeste. São analfabetos. A segunda região do país dentro desse mesmo conceito é o Centro-Oeste, que só tem 30% de analfabetos. No Sul, a proporção é de 11%. Por essa razão, a produtividade da mão-de-obra e da terra do Nordeste é cerca de 1/4 da produtividade do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Sem irrigação não há salvação para eles.

A tecnologia que está aí (de sementes, de espaçamento, bioquímica, de fertilizantes etc.) serve para todo mundo. Pode ser adotada por qualquer pessoa. Tanto que os agricultores que estão livres dessa maldição do analfabetismo estão adotando tecnologia da Embrapa e estão progredindo. Só há restrições em relação ao tamanho da propriedade para a tecnologia mecânica, principalmente a de tratores. Mas nas regiões avançadas do mundo, as cooperativas e o *leasing* resolveram essas restrições. É necessário, porém, que os cooperados tenham um grau de instrução elevado. Os mecanismos de mercado que podem resolver esse problema de tamanho da propriedade, de forma a que esse pequeno agricultor tenha acesso a tecnologia mecânica, não funcionam para uma agricultura de analfabetos.

■ *O senhor está dizendo que a pesquisa em si, do ponto de vista da tecnologia, não resolve o problema dessa agricultura*

pobre. É preciso educar os agricultores para que eles tenham acesso à pesquisa.

— É isso mesmo. O problema fundamental é educação. Digo algo mais ousado. Dentro do que um analfabeto é capaz de fazer, esses agricultores estão fazendo o melhor possível. São competentes dentro da limitação deles. Até a parte física da tecnologia na fazenda, eles podem aprender. Mas não vão ser capazes de lidar com as instituições financeiras, com a confusão das taxas de juros que há no Brasil, com as informações do mercado nacional e internacional. Eles não conseguem lidar com os mecanismos que a sociedade moderna criou para ajudar os pequenos agricultores a sobreviver. Agricultor pequeno não é sinônimo de pobreza. Agricultor analfabeto é sinônimo de pobreza.

■ *Além de dar educação, o governo não pode adotar políticas que auxiliem esses agricultores no curto prazo?*

— A política de irrigação do atual governo cria empregos de remuneração mais elevada para esses agricultores, ou para o excedente de mão-de-obra dessas pequenas propriedades. Isso é muito importante. Uma parte do ano eles podem trabalhar nos projetos de irrigação, aprendendo coisas mais sofisticadas, na outra podem trabalhar na própria fazenda. Há muitos exemplos no Nordeste de gente analfabeta, com pouca instrução porém muito inteligente, que está em boa situação nas áreas de irrigação ao longo do São Francisco.

■ *Como fica o papel complementar da extensão rural?*

— Temos que separar a extensão rural pública da privada. Quando se fala em extensão no Brasil, trata-se sempre da pública. Esta deve cuidar dos agricultores pobres e dos filhos da reforma agrária. É papel do Estado ajudá-los nessa transição, para que não sejam discriminados como são agora. Essa extensão deve ser municipalizada. Quem mexe com pobre é prefeito. Mas tem que se tomar cuidado para que a extensão não vire um apêndice do quadro político-partidário do município. Por isso, quem tem que administrar a extensão são as associações desses pequenos agricultores. Os governos federal, estadual e municipal repassariam recursos para essas associações, sob a fiscalização de um conselho deliberativo semelhante ao da Embrapa. Esse conselho teria representantes dos agricultores e da prefeitura, os extensionistas seriam contratados pelas associações. Hoje em dia, há uma tendência grande de eles trabalharem com os agricultores que estão progredindo. Isso porque é a forma, mais do que natural, que eles têm de mostrar o seu serviço. Só que, nesse novo modelo, se eles não atendessem esses agricultores pobres, seriam demitidos. É uma forma de acabar com o corporativismo, que é muito mais avançado na extensão do que na pesquisa. Além disso, a extensão, como está organizada hoje, tem uma estrutura pesada e cara, com escritório central inchado e escritórios regionais. Essa agricultura pobre não tem a menor condição de ter retorno para bancar uma estrutura dessas. O custo de uma hora de um técnico desses é sobrecarregado por toda a burocracia que está atrás dele.

■ *E quem atenderia os outros agricultores?*

— Diante da escassez de recursos do país, esse papel tem de ficar com a iniciativa privada. As cooperativas, a indústria de processamento, os fornecedores de insumos e a extensão privada cuidariam deles.

■ *O senhor fez uma simulação e identificou o fluxo potencial migratório rural-urbano de cerca de 8 milhões de nordestinos, o que daria para formar uma cidade com o tamanho aproximado de São Paulo. O que é possível fazer para evitar o aumento ainda maior da pobreza urbana?*

— O fluxo de migrações do campo para as cidades praticamente completou o seu ciclo no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste do país. A esmagadora maioria já vive na cidade. No Sudeste, chega a 88%. A região retardatária nesse processo é o Nordeste, com apenas 60% da sua população nas cidades. Só que ele detém ainda a maior parcela de toda a população rural do país, cerca de 46%. Os dados mostram que houve no Nordeste uma aceleração do processo migratório rural-urbano nas duas últimas décadas. Acredito que essa região deve caminhar para uma situação de equilíbrio em relação às demais, atingindo uma população urbanizada de 75 a 80%. Isso corresponderia a cerca de 8 milhões de migrantes, a maior parte analfabeta e despreparada para o mercado urbano. O programa de reforma agrária pode ajudar a segurar esse povo lá. Mas precisa ser bem-feito e competente, porque os dados comprovam que a vida desses pequenos agricultores pobres é dura demais. Os mecanismos que aí estão não os protegem da competição com o pessoal mais sabido.

A reforma agrária não pode ser feita com a superestrutura do Incra, mas com as associações de produtores. Primeiro cria-se a associação dos que querem fazer a reforma agrária. Depois tudo passa por essa associação, desde a compra da terra, a divisão dos lotes, até o planejamento da assistência técnica. O governo entra para fiscalizar e dar o apoio financeiro inicial. Outra coisa: é preferível largar essa mania de desapropriar terra. É melhor comprar, já que terra não está custando tão caro aqui no Brasil e é possível adquirir áreas mais bem-localizadas, com infra-estrutura por perto. A relação custo/benifício seria favorável ao governo. Além disso, tem que haver um bom cadastro. Quem teve acesso uma vez a um lote, não tem direito a pleitear outro novamente. Se depois de certo tempo não der certo como produtor, ele pode devolver o lote para a associação mediante certa remuneração. E a associação vai colocar outra pessoa no lugar dele. Isso deu certo no vale do São Francisco. Uma vez apareceu um pessoal querendo invadir uma propriedade da Codevasf. Avisei que a polícia ia tirá-los de lá, mas que eu estava pronto a negociar com eles desde que assumissem toda a responsabilidade pelo projeto, desde a divisão da terra até o assentamento. Eu cederia advogado e topógrafo, e até as terras sem custo algum. Eles se interessaram e fizeram tudo com grande eficiência. No correr do tempo, os que não se adaptaram foram sendo substituídos dentro de princípios estabelecidos por eles mesmos. O projeto deu certo.

(Participação da jornalista Cintia Sasse, de Brasília)

CARTAS

Preços do boi gordo

No meu entender, a revista *Agroanalysis*, no número de novembro último, página 40, em Estatísticas Agropecuárias, Preços do Boi Gordo, informou erradamente. Explico:

O boi gordo vem sendo comercializado, há muitos anos, com prazo de 20 dias e ainda continua com o real, desde 1º de julho passado. Entretanto, os preços até 30 de junho deveriam ser desinflacionados pelos 20 dias de prazo, o que resultaria em torno de menos 25 a 30%. Já os preços a partir de 1º de julho, em reais, apresentariam uma inflação mínima em torno de 4 a 4,5%, que é o juro cobrado para o desconto, pelos bancos, para os 20 dias em promissória rural. Parece-me que o calculador não considerou a enorme inflação existente até junho de 1994 e fez a conta de R$1,00 = Cr$2.750,00. Isso explicaria o preço de junho (R$30,79) e de julho (R$23,17), como se os preços tivessem baixado. Além do mais, em agosto, setembro, até outubro, devido à geada e à seca, os preços somente subiram e foram uma das causas da pequena inflação ocorrida no Plano Real, nesses meses. Os dados fornecidos dão baixa nesses meses, em relação a junho de 1994, o que está fora da realidade.

Na parte de baixo da mesma página, na comparação dos preços de boi gordo e boi magro, suponho que deve ter havido o mesmo engano, pois enquanto o boi gordo é vendido com 20 dias, o boi magro, o garrote e o bezerro são comercializados à vista, ou com prazo de poucos dias (cinco dias).

Francisco Jacintho da Silveira
Engenheiro-agrônomo,
Presidente Prudente, SP

Nota da redação: Apresentamos, na seção Estatísticas Agropecuárias do nosso número de março, páginas 44-5, um pequeno comentário que deve esclarecer a questão.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS
Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnico em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 – Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Eliseu Alves**

5 **Cartas**

7 **Especial**

7 **Agricultura e meio ambiente: uma abordagem econômica**
Tito Ryff

14 **O crédito rural nos anos 90**
Maria José C. Monteiro

16 **Conjuntura do agribusiness:**

16 **Algodão**

18 **Arroz**

20 **Feijão**

22 **Milho**

24 **Soja**

28 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

30 **IBGE — Síntese estatística**

32 **Oferta e demanda**

34 **Estatísticas agropecuárias**

40 **Panorama agropecuário**

44 **Panorama internacional**

48 **Legislação agrícola**

52 **Janela aberta**

Editorial

Carta verde

Este número de *Agroanalysis* aborda três temas relevantes: o meio ambiente, a safra de verão e o crédito rural. Na entrevista especial, Eliseu R. Alves, ex-presidente da Embrapa e um dos seus fundadores, fala da importância da pesquisa, de seus problemas e de seu futuro.

Tito Ryff analisa a noção de desenvolvimento agrícola sustentável e avalia as condições para que ele seja alcançado, dentre as quais sobressaem as mudanças necessárias nas políticas de crédito rural, assistência técnica e pesquisa agropecuária. O autor examina, também, a adequação dos conceitos econômicos tradicionais à análise da questão do desenvolvimento agrícola sustentável, concluindo que a aplicação rigorosa desses instrumentos esbarra, por enquanto, na insuficiência do conhecimento científico atual sobre muitas das complexas relações de causa e efeito que caracterizam o meio ambiente, na dificuldade de atribuir valores monetários às variáveis ambientais e na ambigüidade de que ainda se ressente o processo de escolha coletiva associado às questões ecológicas.

Ainda a este respeito, Janela Aberta traz a palavra de uma jovem pesquisadora, Margarete Marin Lordelo Volpato, vencedora do prêmio Moinho Santista Juventude 1994, sobre a questão do reflorestamento.

As mais recentes estimativas da safra 1994/95 dão conta de uma colheita da ordem de 81,6 milhões de toneladas dos chamados "grãos". Não vem sendo atribuída muita atenção a este desempenho, possivelmente porque a imprensa em geral está voltada para o acompanhamento dos primeiros passos do governo federal rumo às anunciadas reformas. Pesam, também, as inquietações quanto ao que vem ocorrendo no México e na Argentina.

As boas notícias costumam causar pouco impacto. Mesmo assim, deveria ser lembrado que, de acordo com o critério de mensuração da safra de verão já mencionado (grãos), nunca se colheu tanto no país.

Dentre as razões para que se tenha conseguido atingir este novo patamar encontra-se o comportamento das lavouras de soja e milho. Juntas, correspondem a 76% daquele total.

É interessante observar que, nestes dois casos, os produtores que optaram por financiar suas plantações pela equivalência em produto estarão em melhor situação quando comercializarem sua safra do que aqueles que se endividaram pela TR. Estes últimos têm-se esforçado em demonstrar seu desagrado com a situação, reivindicando alguma modificação nas regras do crédito rural.

Para piorar suas dificuldades, a colheita atrasou em vários pontos da região Centro-Sul, o que levou à concentração das operações em alguns períodos, elevando sobremaneira os fretes.

Do ponto de vista do governo federal, o impacto de uma safra abundante é extremamente bem-vindo, porém os problemas dela decorrentes, como a necessidade de efetuar compras não desejadas (caso da soja), vêm trazendo muita dor de cabeça.

Agricultura e meio ambiente: uma abordagem econômica

TITO B. B. RYFF

As evidências de danos crescentes e por vezes irreparáveis ao patrimônio ecológico da humanidade provocados pelo progresso material sem limites colocam os cientistas sociais, e em especial os economistas, diante do desafio de desenvolver técnicas que permitam avaliar e contabilizar tais prejuízos, a fim de que a sociedade possa conhecer, em toda a sua extensão, os custos ambientais associados ao bem-estar material de que desfruta.

Quando Thomas Malthus publicou, em 1803, a versão definitiva de sua obra mais famosa, *Ensaio sobre o princípio da população*, sua intenção era demonstrar a inutilidade e o prejuízo social que caracterizavam, segundo ele, as leis inglesas de assistência aos pobres e desempregados. Ao afirmar, contudo, que a expansão da produção de alimentos obedecia, na melhor das hipóteses, a uma progressão aritmética — o que a tornava incapaz de acompanhar a tendência natural de crescimento da população que ocorria em progressão geométrica —, Malthus inscreveu seu nome na história das ciências sociais como um dos primeiros pensadores (se não o primeiro) a procurar estabelecer uma relação científica entre o aumento da produção de bens materiais e os recursos que a natureza coloca à disposição do homem para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

O problema das economias desenvolvidas, hoje, é o de uma população rural minguante, em contraste com o aumento da população urbana, e o da geração de excedentes agrícolas cujo financiamento torna-se, a cada dia, mais oneroso.

Malthus previa que a população da Inglaterra dobraria a cada 25 anos, caso seu crescimento não fosse freado por algum fator de ordem social ou natural; e, segundo ele, "... esperar que a expansão do produto siga a mesma lei que rege o crescimento da população contradiz todas as noções que possuímos sobre a fecundidade do solo".

As previsões catastróficas de Malthus, pelo menos da forma como as anteviu, não se confirmaram. Embora, no mundo de hoje, existam exemplos de populações que passam sérias privações e até mesmo fome, estas situações decorrem muito mais de causas sociais e econômicas, como a má distribuição da renda e da riqueza e a escassez de capital para investimento, ou de fatores climáticos localizados, do que da Lei de Malthus dos Rendimentos Decrescentes do Solo.

Nos quase 200 anos que separam a publicação da obra de Malthus dos dias atuais, as inovações mecânicas e biológico-químicas incorporadas à produção agropecuária provocaram um aumento notável na produtividade do solo e da mão-de-obra. De tal forma que o problema das economias desenvolvidas é, hoje, o de uma população rural minguante, em contraste com o aumento da população urbana, e o da geração de excedentes agrícolas cujo financiamento torna-se, a cada dia, mais oneroso.

Mas não foi apenas o progresso tecnológico, registrado sobretudo nos países desenvolvidos, que evitou a materialização das piores previsões de Malthus. É interessante verificar que, em alguns países, a utilização de métodos contraceptivos mais eficazes, associada, por vezes, a políticas oficiais de rigoroso controle da natalidade, permitiu também reduzir as taxas de crescimento populacional e contribuiu, em parte, para evitar situações que poderiam se configurar como malthusianas. O exemplo mais flagrante e, ao mesmo tempo, mais notável é o da China continental, cuja política de segurança alimentar combina controle populacional e organização agrícola adequada à necessidade de manter um grande contingente de mão-de-obra no campo. Seu sistema agrícola é capaz de alimentar uma população de 1,2 bilhão de habitantes sem o uso de grandes quantidades de insumos modernos, pois se sustenta na utilização da agricultura orgânica, do biogás, da tração animal e de sistemas simples de irrigação.

Malthus, como outros pensadores de seu tempo, não tinha como prever os fantásticos progressos científicos e tecnológicos que marcariam os séculos XIX e XX — nem seus efeitos econômicos e sociais — e que acabariam moldando as sociedades contemporâneas. Ainda assim, pode-se dizer que foi um precursor, ao chamar a atenção para um fenômeno negligenciado, durante muito tempo, pela ciência econômica, e que só foi trazido à tona em anos mais recentes por especialistas de outras

áreas do conhecimento, como a química, a física, a biologia, a botânica, a zoologia e a climatologia: o da existência de limites naturais à expansão continuada da produção de bens materiais. Com efeito, a elevação dos níveis de consumo *per capita* e a gama diversificada de novos produtos colocados à disposição do homem pela revolução tecnológica, multiplicadas pela expansão significativa da população mundial, tornaram explícita a impossibilidade de se generalizar, no estado atual das artes, os padrões de consumo do mundo ocidental desenvolvido.

Igualmente graves são as evidências, que se avolumam, de danos crescentes e por vezes irreparáveis ao patrimônio ecológico da humanidade, provocados pelo progresso material sem limites. Isto coloca os cientistas sociais, e em especial os economistas, diante do desafio de desenvolver técnicas que permitam avaliar e contabilizar tais prejuízos ecológicos, a fim de que a sociedade possa conhecer, em toda a sua extensão, os custos ambientais associados ao bem-estar material de que desfruta. A superação deste desafio possibilitaria dar um sentido prático à noção de desenvolvimento sustentável, definido como aquele capaz de garantir um aumento estável da oferta de bens e serviços ao longo do tempo, mantida a disponibilidade de recursos naturais renováveis e garantida a exploração dos recursos naturais não-renováveis em ritmo compatível com o processo de substituição desses recursos.

Os progressos mais notáveis no processo de produção agropecuária devem vir, nos próximos anos, dos avanços previsíveis no domínio da biotecnologia que proporcionarão o desenvolvimento de...

A noção de desenvolvimento agrícola sustentável

O que seria, então, um desenvolvimento sustentável no caso da agricultura? Em geral, considera-se que desenvolvimento agrícola sustentável seria aquele capaz de:

- alimentar uma população mundial crescente;
- sustentar o nível de renda das famílias que deverão permanecer na atividade agropecuária;
- preservar a capacidade da terra de produzir alimentos e matérias-primas agrícolas em benefício das futuras gerações.

Mas, a esses três requisitos, poderíamos adicionar um quarto:

- garantir que a atividade agropecuária reduzirá seus efeitos "externos" negativos no que diz respeito à preservação e à recuperação do meio ambiente.

O preenchimento dos dois primeiros requisitos depende sobretudo de políticas públicas adequadas e de sua coordenação no plano internacional, já que não se duvida da existência de uma capacitação tecnológica e científica, em escala mundial, que permita alcançar, simultaneamente, os objetivos de alimentar uma população crescente e de manter o nível de renda do homem do campo. Desde que sejam feitas, é claro, as transferências de tecnologia e de capital necessárias para elevar o grau de eficiência da agricultura praticada em algumas regiões do mundo em desenvolvimento. Mudanças no comércio internacional de produtos agropecuários e de seus derivados, com a eliminação de barreiras alfandegárias, eliminação gradativa dos subsídios agrícolas existentes nos países desenvolvidos, incentivos ao desenvolvimento de inovações tecnológicas aplicáveis à agricultura de clima tropical e subtropical e adoção de medidas destinadas a promover um uso mais efetivo e uma posse mais estável do fator terra em países do Terceiro Mundo, são alguns dos fatores, dentre outros, capazes de contribuir para o alcance daquelas duas metas. Por essa razão, abordaremos neste artigo apenas os dois últimos itens dos requisitos apontados.

O que é um ecossistema agrícola?

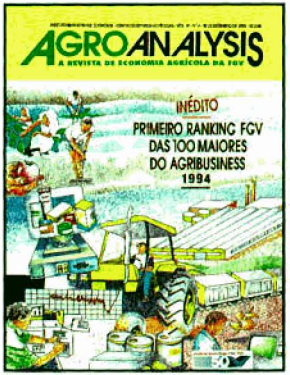
A agricultura já foi definida como "a série de processos mediante os quais se artificializa uma determinada área com o fim de produzir um volume maior de alimentos para a população e os animais do que aquele que seria produzido de forma natural". Esta artificialização tem, porém, um custo em termos ambientais, pois o ecossistema agrícola é, ao mesmo tempo, mais simples, mais instável e mais frágil do que o ecossistema natural.

...variedades altamente produtivas de plantas e animais, o que permitirá elevar substancialmente a produção por unidade de terra, liberando solos para descanso e recuperação.

A preservação da capacidade produtiva do ecossistema agrícola depende, em grande parte, da possibilidade de se manter, ao longo do tempo, a fertilidade natural do solo e a disponibilidade de recursos hídricos. As duas maiores ameaças à preservação da capacidade produtiva do solo são a erosão e a adoção de técnicas excessivamente intensivas de cultivo, sendo que esses dois fatores podem vir, por vezes, associados. Embora possa

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de Crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

Central de Atendimento ao Assinante – Tel: (021) 536-9196 – Fax: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

ter origem também em causas naturais, a erosão decorre sobretudo de práticas de cultivo inadequadas em relação à topografia do terreno e da utilização incorreta de processos de irrigação.

Existem, por outro lado, casos mais dramáticos, localizados em zonas semi-áridas, em que a combinação de recursos frágeis com um rápido aumento populacional acaba provocando a perda de extensas áreas antes cultivadas, sobretudo em função da desertificação. O aumento da população gera pressões sobre o ecossistema, provocadas por excesso das atividades de cultivo e pastagem, corte abusivo de árvores lenhosas para utilização como combustível e queima descontrolada do terreno. Nesses casos, o solo perde sua cobertura vegetal protetora e fica exposto a rápida erosão pelo vento e pela água.

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente a preocupação com a preservação e recuperação do solo em diversos países do mundo. Mais recursos têm sido investidos em pesquisa básica e desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas à manutenção da fertilidade natural dos solos. Atualmente, as perdas de solo vêm sendo combatidas graças a programas de gerenciamento de microbacias hidrográficas, à maior eficiência do sistema de irrigação e à adoção de técnicas como o plantio em curva de nível, a rotação de culturas, o plantio direto e a conservação da umidade do solo. Desenvolveram-se bastante, também, as técnicas naturais de aceleração da recuperacão de solos. Como benefício adicional para os agricultores, essas técnicas conservacionistas resultaram em economia de combustível, fertilizantes e defensivos agrícolas. No entanto, os progressos mais notáveis na direção de uma economia de solo (e água) no processo de produção agropecuária devem vir, nos próximos anos, dos avanços previsíveis no domínio da biotecnologia, que proporcionarão o desenvolvimento de variedades altamente produtivas de plantas e animais, o que permitirá elevar substancialmente a produção por unidade de terra, liberando solos para descanso e recuperação.

Apesar de fertilizantes naturais e industriais contribuírem para o aumento das emissões de óxido nitroso, acredita-se que os fertilizantes sintéticos sejam os mais prejudiciais.

O potencial tecnológico da biotecnologia não deve servir de pretexto, porém, para que sejam reduzidos os esforços para o uso das técnicas já disponíveis, nem para que se interrompa o desenvolvimento de técnicas de preservação e recuperação de solos, sobretudo nos países tropicais, cuja base de recursos naturais é mais frágil do que a dos países de zona temperada, por razões de composição do solo, topografia ou regime pluviométrico.

Em princípio, a adoção de práticas conservacionistas de cultivo não deve enfrentar maior resistência por parte dos agricultores. A não-utilização de técnicas de preservação e recuperação do solo não constitui uma perda ecológica externa à propriedade, mas a degradação de um capital produtivo que pode afetar o valor presente de mercado da terra e que, na melhor das hipóteses, reduzirá significativamente o valor econômico da propriedade a ser legada a herdeiros. Assim, com exceção das situações extremas em que a base de recursos naturais é tão pobre que a "exploração de equilíbrio ecológico" não possibilita sequer o sustento da família, a disseminação, entre agricultores, das técnicas de conservação e recuperação de solos deveria ser fácil. No entanto, dois elementos de política agrícola precisam estar presentes: o fornecimento de informações adequadas e a disponibilidade de crédito para a adoção dessas técnicas, cujo retorno pode ser relativamente lento, por parte dos agricultores.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento, caberia ao poder público investir mais em pesquisa voltada para a descoberta e desenvolvimento de técnicas de cultivo adequadas à necessidade de conservação do solo em clima tropical. Finalmente, para que a adoção dos novos métodos de cultivo ocorra, é preciso oferecer aos agricultores garantias de posse da terra e criar mecanismos que estabilizem sua renda a médio prazo. O agricultor pobre, sem garantias quanto ao uso da terra num horizonte de tempo mais amplo, dificilmente sacrificará os rendimentos atuais em benefício de uma produção agrícola sustentável.

Disponibilidade de água

A água é um bem que vem se tornando crescentemente escasso, menos em função da falta do recurso do que de sua administração ineficiente. Por essa razão, aumentam os conflitos entre agricultores, indústrias, pescadores e consumidores domésticos em torno dos sistemas de distribuição de água para as diversas finalidades a que se destina. Até há pouco tempo considerado um bem livre para muitos de seus usos, a água só recentemente tem tido sua produção e distribuição submetidas a mecanismos institucionais de planejamento e controle e a sistemas de tarifação racionais.

A maior parte da demanda de água provém da agricultura. Para se obter uma dieta de 3 mil calorias diárias, a necessidade de água é da ordem de 400m^3 *per capita*/ano. Na prática, contudo, a maior parte da demanda de água da agricultura é suprida pelas chuvas, permanecendo fora da "economia da água". Estima-se que a disponibili-

dade mundial de água para consumo residencial e atividades econômicas seja da ordem de 9 mil quilômetros cúbicos por ano, o que permitiria sustentar uma população terrestre de até 25 bilhões de pessoas. O problema é que a distribuição geográfica dos recursos hídricos não corresponde exatamente à distribuição da população.

Ainda assim, exemplos concretos, dentre os quais sobressai o de Israel, mostram que técnicas de conservação da umidade do solo e a administração eficiente dos recursos hídricos, por meio de sistemas de irrigação por microaspersão e gotejamento, monitorados por computador, podem superar limitações aparentemente intransponíveis em matéria de disponibilidade de água.

Ainda que a quantidade de água disponível não pareça representar ameaça considerável à implantação de um modelo de agricultura sustentável em escala mundial, o mau uso deste recurso vem afetando a qualidade de um outro fator, o solo. Nos países em desenvolvimento, praticamente a metade das terras aráveis irrigadas necessitaria de recuperação imediata, devido à salinidade e à deficiência de drenagem. Ao mesmo tempo, 30% das terras aráveis em regime pluvial na América Central, 17% na África, 20% no Sudoeste da Ásia e 36% no Sudeste asiático estão sendo afetadas pela erosão e pela esterilidade do solo.

Os especialistas acreditam que o que a humanidade poderia fazer de mais eficaz para desacelerar o aquecimento global e evitar suas conseqüências mais trágicas seria reduzir o mais rapidamente possível as taxas de natalidade.

Apesar de situações críticas como as anteriormente mencionadas, tudo indica que o homem dispõe dos meios científicos e técnicos que permitirão manter a capacidade produtiva da base natural de recursos agrícolas, mesmo considerando-se a necessidade de alimentar uma população mundial crescente. Mas, para que esse desafio possa ser respondido de forma satisfatória em todos os quadrantes do planeta, algumas condições básicas são necessárias:

1. Melhor difusão e utilização, em escala mundial, das tecnologias já disponíveis que permitam melhorar os rendimentos por hectare sem prejuízo das condições naturais de fertilidade do solo.

2. Mais investimentos em pesquisa voltada para o conhecimento das condições específicas da agricultura tropical e subtropical, para orientar o desenvolvimento de técnicas conservacionistas adequadas a países nesta condição.

3. Modificações de caráter político-institucional que permitam um uso mais eficiente dos recursos de água e solo como, por exemplo, a criação de órgãos gerenciadores dos recursos hídricos e de comitês de bacias hidrográficas e a introdução, onde ainda não existirem, de formas legais que assegurem a posse da terra para exploração agrícola continuada.

4. Implantação de políticas agrícolas de assistência técnica e extensão rural, crédito agrícola, pesquisa e sustentação de preços voltadas para o objetivo do desenvolvimento agrícola sustentável.

5. Estabelecimento de custos de utilização da água e do solo que reflitam a escassez de longo prazo desses fatores, a fim de que o mercado de fatores e de produtos agrícolas possa se ajustar, gradativamente, ao perfil de uma agricultura sustentável.

Impactos da atividade agrícola sobre o meio ambiente

Para efeito de análise, pode-se separar conceitualmente dois impactos produzidos pela atividade agrícola sobre o meio ambiente: o de depleção e o de contaminação (ou degradação da qualidade do meio ambiente). No primeiro caso, aponta-se o uso de recursos naturais renováveis, ou não-renováveis, pela agricultura, em seu processo produtivo, em ritmo superior ao de sua reposição ou substituição. No segundo, discrimina-se o efeito poluidor, ou contaminador, da atividade agrícola em relação ao ecossistema global. E tão importante quanto garantir o caráter sustentável do desenvolvimento agropecuário é assegurar que esta atividade se encaminhará na direção de uma redução substancial de seus impactos negativos sobre o meio ambiente. Com efeito, a capacidade poluidora da atividade agrícola resulta, em grande parte, do uso de substâncias químicas tóxicas no processo de produção. Nos últimos 20 anos, contudo, o número significativo de acidentes de intoxicação de pessoas e animais, em decorrência do uso indiscriminado e incorreto desses produtos, e a preocupação com a qualidade dos alimentos oferecidos ao consumidor provocaram a ação das autoridades administrativas e dos legisladores. Atualmente, controles administrativos severos e legislação específica praticamente baniram, pelo menos nos países mais desenvolvidos, os pesticidas organoclorados

altamente persistentes (DDT, aldrina e dieldrina) da agricultura.

Em conseqüência, as indústrias de produtos químicos para a agricultura fornecem atualmente pesticidas que se deterioram mais depressa, têm efeitos mais concentrados e podem ser aplicados em doses menores. Além disso, o manejo integrado de pragas, o controle biológico e as técnicas de borrifação localizada contribuíram muito para diminuir o uso de inseticidas e herbicidas, sobretudo em países mais desenvolvidos. Nestes países, a utilização desses produtos é hoje, em geral, menor do que no início da década de 80. Ainda assim, em casos mais agudos, o poder público adota restrições quantitativas ao uso de tais insumos. Por exemplo, em Baden-Württemberg, ex-Alemanha Ocidental, o uso de fertilizantes à base de nitrogênio, em áreas de importantes recursos de água doce que precisavam ser preservados, foi limitado a 20% do nível anterior.

Mas, também neste particular, as maiores esperanças residem nos progressos da biotecnologia, e na sua capacidade de produzir variedades de plantas geneticamente resistentes a pragas e doenças.

Sendo claramente um bem público, a preservação ambiental só será passível de escolha coletiva. Quando se trata, contudo, de problemas ecológicos em escala mundial, essa escolha torna-se difícil, se não impossível.

Agricultura e efeito estufa

Calcula-se que a emissão de gases que causam efeito estufa provocada pela atividade agrícola seja responsável por 14% do fenômeno do aquecimento global. Isto refere-se sobretudo às emissões de dióxido de carbono, mas a estas devem-se somar as liberações de outros gases, como o metano (CH^4), o óxido nitroso (N^2O), o monóxido de carbono (CO) e o óxido nítrico (NO), feitas pela agricultura. A tendência dessas emissões é aumentar, acompanhando o ritmo de crescimento da produção agropecuária mundial. E como ainda se conhece pouco os mecanismos que determinam as emissões de metano e de óxido nitroso, por exemplo, a capacidade de agir sobre as emissões desses dois gases fica bastante limitada.

O metano é um gás-estufa cerca de 20 vezes mais potente que o dióxido de carbono, e sua concentração na atmosfera vem aumentando mais rapidamente. A se manterem inalteradas as tendências tanto da acumulação de CO^2 quanto de CH^4 (e se as emissões de clorofluorcarbono diminuírem), por volta de 2040 o efeito estufa do metano pode ser maior que o do CO^2.

As fontes biológicas de emissões de metano, tanto naturais quanto agrícolas, derivam da fermentação anaeróbica. Conta-se entre as fontes naturais toda espécie de terras úmidas, especialmente as de turfeiras em latitudes setentrionais, responsáveis talvez por 50% das emissões de terras úmidas. As principais fontes de metano produzidas pelo homem decorrem diretamente da produção agrícola. Mas existem outras: combustão incompleta na queima de biomassa, como ocorre em desmatamentos tropicais e incêndios em florestas, bem como em queimadas para fins agrícolas; emissões decorrentes de aterros sanitários; escapamento de gás natural de oleodutos, vazamentos de poços de gás de petróleo, e escapamento de gás de carvão na mineração e processamento.

No setor agrícola, as principais fontes de liberação de metano são as emissões de arrozais, a fermentação entérica em ruminantes e a queima de biomassa. A maior fonte agrícola de produção de metano são as bactérias anaeróbicas associadas ao cultivo em arrozais, fonte análoga a emissões de terras úmidas naturais. A liberação de metano pode variar de 1 a 4 em função das épocas de colheita, das características do solo, da temperatura, do uso de fertilizantes e das práticas de irrigação.

A digestão dos mamíferos, que se processa com o auxílio de bactérias anaeróbicas, é outra fonte de produção de metano. Para digerirem a celulose de seus alimentos, ruminantes como bovídeos e carneiros, muito dependentes de bactérias, emitem considerável quantidade de gás. De todos os animais que emitem quantidades significativas de metano, inclusive uns poucos não-ruminantes, tais como cavalos e porcos, os bovídeos são, sem dúvida, os mais importantes, não só por produzirem as maiores quantidades desse gás, como também por existirem em maior número. De 4 a 9% da energia de seus alimentos são convertidos em metano.

A dificuldade é ainda maior nos casos em que as principais nações poluidoras não são, necessariamente, as grandes prejudicadas com o agravamento do problema.

As áreas e condições de dissipação, retroalimentação e interconexões do metano com outros gases ainda precisam ser mais bem estudadas. Não obstante, o Grupo de Trabalho 1 do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (PIMC) concluiu que, uma vez que o metano permanece pouco tempo no ar (e supondo-se que não haja outras alterações), bastaria reduzir em 15-20% as atuais emissões antropogênicas de metano para estabilizar suas concentrações.

Esse não parece ser um objetivo difícil de alcançar, desde que sejam estimuladas as mudanças nas técnicas de plantio e de criação de bovinos capazes de reduzir as emissões de metano. Uma vez mais, incentivos à adoção de novas tecnologias, aliados a sistemas adequados de preços, podem oferecer a solução.

Óxido nitroso

Como gás-estufa, o óxido nitroso é ainda mais potente que o metano, e sua eficácia por molécula é cerca de 230 vezes superior à do CO^2. Da emissão total de óxido nitroso, apenas uma pequena parte vem do uso de combustíveis fósseis, sobretudo o carvão. O restante resulta dos intercâmbios de gases com os oceanos, da queima de biomassa e do desmatamento, ou é emitido pelos solos nos processos de desnitrificação e nitrificação, ambos derivados do uso de fertilizantes agrícolas. No caso do desmatamento de florestas tropicais para utilização como pastagens, as emissões de óxido nitroso representam perda de valiosos nutrientes do solo e estão ligadas a um rápido declínio da fertilidade.

O uso de fertilizantes é a maior fonte agrícola de óxido nitroso. As emissões provêm tanto dos fertilizantes naturais (dejetos animais ou humanos e resíduos de colheitas, o "adubo verde") quanto de fertilizantes industriais, e derivam principalmente do processo biológico da desnitrificação (redução do nitrato) do solo. Também a nitrificação — processo que converte amoníaco em nitrato — produz óxido nitroso.

Nas últimas décadas, foi preciso aumentar muito o uso de fertilizantes sintéticos para obter safras maiores, uma vez que o aumento populacional exigia uma agricultura mais intensiva. O resultado foi um aumento de nitrato nos solos que, não sendo absorvido pelas plantas, acaba vazando ou escorrendo, poluindo as águas da superfície e as do subsolo. O nitrato acumulado no solo fica, também, sujeito ao processo de desnitrificação, e lança, portanto, óxido nitroso na atmosfera. Não surpreende, assim, que tenham aumentado as emissões de óxido nitroso, uma vez que muito mais compostos de nitrogênio são usados nos solos de todo o mundo. Grande parte deles não pode ser aproveitada pelos cultivos, nem mesmo nas condições mais favoráveis.

Apesar de fertilizantes naturais e industriais contribuírem para o aumento das emissões de N^2O, acredita-se que os fertilizantes sintéticos sejam os mais prejudiciais. E isso principalmente porque contêm elementos adicionais, além de nitrogênio, que são acrescentados ao sistema

Tudo indica que o homem dispõe dos meios científicos e técnicos que permitirão manter a capacidade produtiva da base natural de recursos agrícolas, mesmo considerando-se a necessidade de alimentar uma população mundial crescente.

Meios de reduzir as emissões de óxido nitroso

Aproximadamente ¼ das emissões de óxido nitroso são decorrentes da atividade do homem. Essas fontes talvez sejam responsáveis por todo o excesso de emissões que provoca acúmulo de óxido nitroso na atmosfera.

Dentre as formas de reduzir as emissões de óxido nitroso, destacam-se:

- a diminuição do recurso a queimadas para fins agrícolas;
- a utilização mais criteriosa de fertilizantes, com relação a quantidades e épocas de aplicação;
- a substituição, na medida do possível, de fertilizantes sintéticos por naturais;
- o recurso a fertilizantes de nitrogênio sintético, com baixos índices de emissão de óxido nitroso (já que essas emissões variam segundo a composição do fertilizante).

As projeções do PIMC para o aumento das emissões de metano e óxido nitroso não são nada animadoras, caso não mudem as políticas. Em projeções para 35 anos, aumentam as emissões de todas as fontes — cerca de 43% no caso do metano e de 70 a 110% no caso do óxido nitroso. Os cientistas do Grupo de Trabalho 1 do PIMC calcularam ser necessária uma redução de 15 a 20% nas emissões de metano por atividades humanas, e de 70 a 80% no excesso de óxido nitroso, a fim de estabilizar os gases-estufa na atmosfera.

O grave, no caso dos gases-estufa, é que os padrões de produção e consumo das sociedades modernas aumentaram muito, nos últimos anos, a sua emissão, o que, associado ao crescimento da população, potencializou a dramaticidade do problema. Além disso, pouco se conhece a respeito das retroalimentações positivas e das interações sinérgicas que caracterizam esses gases e as possíveis conseqüências para seu processo de dissipação. Por isso mesmo, os especialistas acreditam que o que a humanidade poderia fazer de mais eficaz para desacelerar o aquecimento global e evitar suas conseqüências mais trágicas

seria reduzir o mais rapidamente possível as taxas de natalidade.

A teoria econômica e o desenvolvimento agrícola sustentável

A ciência econômica possui conceitos que permitem construir um quadro teórico adequado à análise da questão do desenvolvimento agrícola sustentável. A esse propósito, Julian Chacel, no artigo Economia do Bem-Estar, publicado sob forma de encarte na revista *Problemas Brasileiros* (n. 286, jul./ago. 1991), refere-se às noções de externalidades, bens públicos sobre os quais se exercem as escolhas coletivas e relação custo-benefício.

Faltam, contudo, aos economistas, no caso da ecologia, meios indispensáveis à aplicação rigorosa desses instrumentos analíticos. Nem sempre, por exemplo, as relações de causa e efeito, no mundo complexo da ecologia, acham-se perfeitamente identificadas, em termos de origem ou intensidade, o que dificulta a clara percepção dos rumos a serem seguidos. Por outro lado, caso se deseje que o mercado cumpra sua função alocadora de recursos, já agora numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, novos valores monetários, diferentes dos atuais, terão que ser atribuídos a fatores, produtos e processos.

No mercado de bens e serviços, a preferência revelada pelos indivíduos acaba em atribuição de valores monetários. Mas preservação e recuperação ecológicas nem sempre são bens e serviços palpáveis ou perceptíveis ao consumidor. Podem assumir a característica de bens públicos, ou vir incorporados a produtos de consumo individual cuja aparência não os distingue dos demais, como, por exemplo, os alimentos cultivados sem agrotóxicos e os bens fabricados a partir de insumos siderúrgicos produzidos de acordo com rígidas normas ambientais. Nestes casos, a produção de preservação e regeneração ecológicas resultará do desenvolvimento de uma consciência ambiental por parte do produtor, ou da ação regulamentadora e fiscalizadora do poder público, pela fixação de normas ambientais para as quais se deveria exigir sempre a análise prévia de seus custos e benefícios.

Por fim, sendo claramente um bem público, a preservação ambiental só será passível de escolha coletiva. Quando se trata, contudo, de problemas ecológicos em escala mundial, essa escolha torna-se difícil, senão impossível. A dificuldade é ainda maior quando se consideram os casos em que as principais nações poluidoras não são, necessariamente, as grandes prejudicadas com o agravamento do problema. Este parece ser, em parte, o caso do efeito estufa. Como proceder a uma escolha coletiva democrática, em escala planetária, nessas circunstâncias?

Verifica-se, assim, que muitos obstáculos significativos precisam ser superados antes que as variáveis ambientais possam ser plenamente incluídas na contabilidade social e sejam parte integrante do processo decisório público e das escolhas promovidas pelo mercado. Estes obstáculos encontram-se na insuficiência do conhecimento científico atual sobre muitas das relações complexas de causa e efeito que caracterizam o meio ambiente, na dificuldade de atribuir valores monetários a variáveis ambientais e na ambigüidade de que ainda se reveste o processo de escolha coletiva associado às questões ecológicas.

Tais obstáculos, porém, não devem impedir que sejam adotadas, desde já, providências capazes de permitir, no futuro, uma resposta adequada para essas questões, tais como:

- a constituição de equipes multidisciplinares para a análise dos problemas metodológicos relacionados com a noção de desenvolvimento sustentável e sua aplicação prática;

- o desenvolvimento de maior colaboração internacional para a troca de experiências concretas na formulação de políticas públicas e de conhecimento científico e tecnológico acumulados;

- a promoção de pesquisas voltadas para a questão do desenvolvimento sustentável em seus aspectos científico-técnico e socioeconômico.

No que diz respeito ao desenvolvimento agrícola sustentável, seria importante:

- incentivar a pesquisa de técnicas de cultivo e criação de menor impacto ambiental;

- reorientar as políticas de crédito e de assistência técnica e extensão rural no sentido do estímulo ao desenvolvimento agrícola sustentável;

- estabelecer, na medida do possível, diferenças de preços, para fatores e produtos, em função dos impactos positivos ou negativos sobre o meio ambiente, premiando investimentos e processos produtivos preservadores ou regeneradores do ecossistema agrícola e do ambiente natural.

Caminhando nesta direção, os governos estarão trabalhando em defesa da ecologia, até que descobertas científicas e tecnológicas e novos instrumentos metodológicos permitam fazer a sintonia fina das políticas públicas e da atuação das forças de mercado.

O crédito rural nos anos 90

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Um dos instrumentos de política agrícola mais prestigiados na década de 70, o crédito rural entrou em crise nos anos 80, tanto pela escassez de recursos públicos quanto pelo fim do subsídio. A incorporação da correção monetária tornou os custos financeiros inviáveis para o agricultor e contribuiu para os problemas de inadimplência registrados. As mudanças nas regras de indexação decorrentes dos sucessivos planos de estabilização foram outro fator agravante do impasse que se mantém nos anos 90.

Nos anos recentes, o debate sobre crédito rural passou a centrar-se sobretudo na questão do endividamento, deixando de lado a análise de seu desempenho. Contudo, o crédito rural continua sendo instrumento de política agrícola e fonte de recursos para o produtor rural, portanto é interessante observar seu desempenho.

Em termos quantitativos, os recursos utilizados para financiar a atividade rural aumentaram 309% entre 1970 e 1980 e caíram 73% entre 1980 e 1990. Nos anos 90, mantiveram-se num patamar próximo ao registrado em 1970 (ver gráfico).

No início dos anos 70, 45% do crédito rural destinavam-se ao custeio, e o restante distribuía-se entre o investimento e a comercialização. Ao longo do tempo essa distribuição foi se modificando em favor do custeio, que em 1991 chegou a representar 82% dos financiamentos agropecuários. A partir daí, coincidindo com o uso de novas fontes de recursos, a proporção do custeio voltou aos patamares iniciais, e a participação do crédito de comercialização aumentou em relação à do investimento. Em 1994, do total do crédito concedido à agricultura, 37% destinaram-se ao custeio, 18% ao investimento e 45% à comercialização.

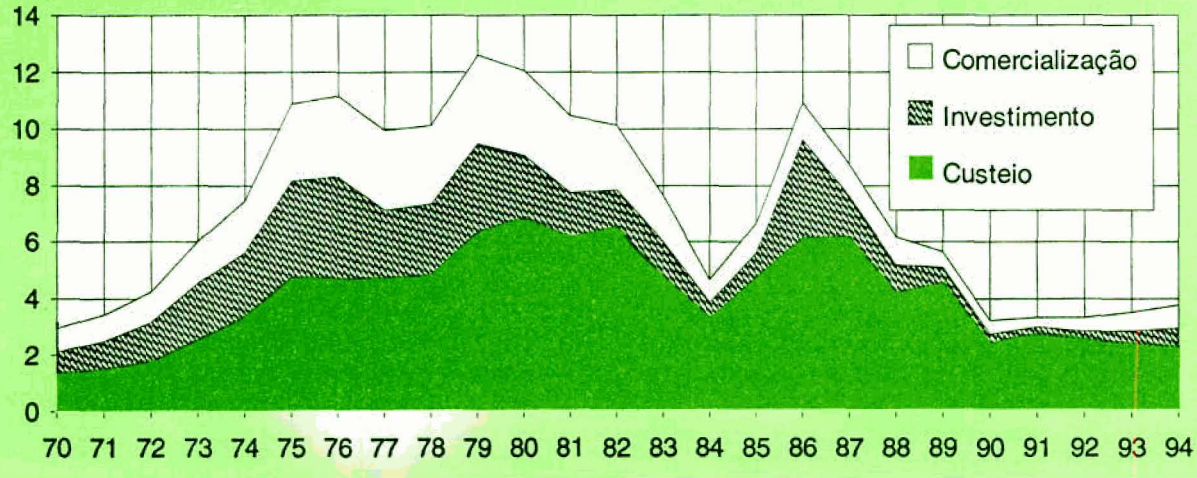
Quando da reforma do sistema financeiro, em 1965, os recursos destinados à agricultura eram fornecidos principalmente pela exigibilidade sobre os depósitos à vista e por recursos do Tesouro Nacional.

Com a aceleração do processo inflacionário e a sofisticação do sistema financeiro que o acompanhou, os recursos provenientes da exigibilidade foram ficando cada vez mais escassos, obrigando o Tesouro a alocar mais recursos para a agricultura. Como os juros do crédito rural não acompanhavam a inflação (gerando o subsídio embutido na operação), a situação se tornou insustentável.

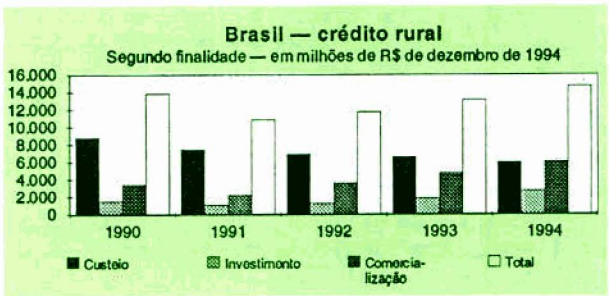
Em 1986 foi criada a caderneta de poupança rural, do Banco do Brasil, que permitia não só uma nova forma de captação como a aplicação de taxas de juro diferenciadas — e até o uso de recursos do Tesouro, mediante a equalização de taxas de juro, de forma mais transparente. A Constituição de 1989 possibilitou a criação dos fundos constitucionais de financiamento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais

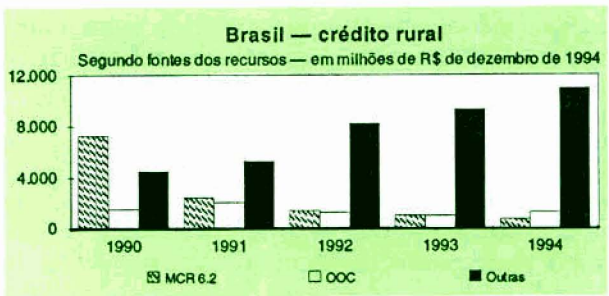
Brasil — crédito rural

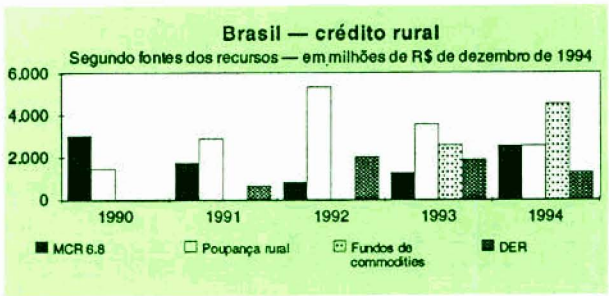
Segundo destinação dos recursos — em milhões de R$ de 1994



tarde os depósitos especiais remunerados (DER) e os fundos de commodities ofereceram novas fontes de recursos.







O gráfico mostra que, de fato, a partir de 1990 a participação destes recursos passa a constituir uma importante parcela do financiamento agropecuário.

Se em 1990 os recursos da exigibilidade e do Tesouro representavam 64% dos desembolsos com crédito rural, em 1994 os percentuais se inverteram, com apenas 14% provenientes da exigibilidade e do Tesouro e 74% dos recursos livres e das novas formas de captação (poupança rural, DER e fundos de commodities).

A modificação nas fontes de captação implicou também alteração na destinação dos recursos. O custeio foi superado pelos empréstimos destinados a financiar a comercialização, enquanto os financiamentos para investimento registraram ao longo do período 1970-94 relativa estabilidade, variando entre 10 e 30% do total dos financiamentos.

Na média dos recursos destinados ao crédito rural, a comercialização participou, nos últimos dois anos, com cerca de 45% (o custeio com 52% e o investimento com 8%), enquanto o total de desembolsos dos recursos captados pelos fundos de commodities com essa finalidade somou 67% (custeio, 24%, e investimento, 9%). Pode-se argumentar, sem dúvida, que esses recursos beneficiam mais o exportador, mediante o financiamento de *export notes*, do que o agricultor. Ainda assim, na medida em que o exportador adquire o produto do agricultor, as atividades deste são beneficiadas, mesmo que indiretamente.

Os números, contudo, escondem problemas importantes. As estatísticas disponíveis impedem de se saber quanto dos recursos alocados ao crédito rural são, de fato, financiamentos à produção e quanto representa apenas rolagem de dívidas que foram sendo acumuladas ao longo dos sucessivos planos de estabilização.

Não é demais recordar que, em 1993, uma Comissão Parlamentar de Inquérito concluía que a dívida da agricultura somava US$21.890 bilhões. O montante pode ser discutível, pois depende de uma série de hipóteses e conceituações, mas há um consenso entre os especialistas de que sucessivas mudanças nas regras relativas a encargos financeiros e correção monetária criaram uma situação difícil de equacionar.

As dificuldades, porém, tiveram um papel didático, na medida em que parece ter havido uma expressiva racionalização no uso dos recursos do crédito agrícola e a criação de meios alternativos de financiamento da safra. Assim, apesar de tais dificuldades, a produção agrícola tem registrado desempenho positivo.

Isto não significa que a questão do crédito rural esteja resolvida. Pelo contrário. De um lado, a atual situação, em que boa parte do crédito agrícola é financiada por recursos a taxas livremente pactuadas, prejudica os agricultores menos capitalizados. Por outro lado, a produção agrícola é parte fundamental não só da continuidade da luta pela estabilização dos preços, como do encaminhamento de uma solução para os graves problemas sociais que afligem o Brasil.

No contexto atual, a situação do crédito rural é extremamente confusa. Há problemas relativos a inadimplência, as taxas de juros são onerosas para o agricultor mas desestimulam o aplicador, as fontes tradicionais de recursos (exigibilidade e Tesouro) não atendem à demanda potencial — e a regulamentação do crédito rural dificulta novas fontes de captação. Seria fundamental que, no mais breve espaço de tempo, fossem encaminhadas as medidas necessárias para resolver, de uma vez por todas, o problema da dívida e para financiar de forma sustentável a agricultura.

Algodão: nova fase de recuperação?

A produção brasileira de algodão apresenta crescimento pela segunda vez consecutiva, após o péssimo desempenho da safra 1992/93. Estimativas apontam para um crescimento de 23% com relação à safra passada, atingindo aproximadamente 600 mil toneladas de algodão em pluma.

Há tempos que a cotonicultura nacional vem passando por uma crise de generalizado desestímulo. A produção brasileira, que já chegou a atingir mais de 3 milhões de toneladas de algodão em caroço, hoje encontra-se reduzida a 1/3. As baixas cotações que os produtores enfrentaram tanto no mercado interno como no externo explicam boa parte da crise da cotonicultura, não só dentro do país, mas também em nível mundial. No caso do Brasil, a situação foi agravada ainda mais pelo programa de abertura comercial iniciado no governo Sarney e acelerado pelo governo Collor, quando as alíquotas de importação do produto foram simplesmente zeradas (em 1986, as tarifas aduaneiras para o algodão em pluma eram de 55%; em 1988, caíram para 10%). Esses cortes tarifários, no entanto, ocorreram de maneira isolada, não havendo preocupação em ser concedido algum tipo de suporte, por meio de política agrícola específica, que visasse reorientar a produção de algodão.

Apesar deste panorama negro, esboça-se desde a safra passada uma tendência de reversão. A rentabilidade do algodão chegou a superar a das culturas concorrentes, como a soja e o milho. O consumo crescente e a escassez da oferta mundial do produto têm favorecido a recuperação das deprimidas cotações. Além do fator preço, o produtor brasileiro, para a atual safra, contou com o estímulo de dois fatores relevantes: a expectativa do retorno das alíquotas de importação para o algodão e a facilidade do crédito de custeio (100% do valor básico de custeio — VBC — foram financiados sem distinção da classe do produtor rural, além da garantia da equivalência-produto para quitação dos débitos). Segundo levantamento do Departamento de Economia Rural do Paraná (Deral) junto ao Banco do Brasil, 85% dos micro e pequenos produtores do Paraná foram atendidos com o crédito rural, com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Colheita e perspectivas de comercialização da safra 1994/95

O reflexo das condições climáticas adversas no período do plantio da safra foi inevitável, atrasando a colheita, concentrando-a num único mês (em março) e afetando a qualidade da fibra. No Paraná, por exemplo, até a primeira semana de março, apenas 5% da área plantada foram colhidos, quando normalmente, no mesmo período, esta proporção passaria dos 25%. Em São Paulo, um dos estados mais afetados pela seca do 3º trimestre de 1994 e pelas fortes chuvas de dezembro e janeiro, a situação ficou um pouco mais crítica, principalmente na região de Araçatuba, onde se aguarda forte queda na produtividade. O perigo de uma eventual quebra de safra, no entanto, está afastado, visto que os ganhos de produtividade e o grande aumento da área plantada em regiões como o Centro-Oeste compensarão as perdas no Sul-Sudeste do país.

Mesmo com a concentração do período de colheita e o estabelecimento da alíquota de importação para o algodão abaixo do esperado (acertou-se que para este ano vigirá uma alíquota de apenas 1%, sendo aumentada linearmente até o ano 2000, quando atingirá 6%), trabalha-se com a perspectiva de que as cotações internas continuem pressionadas para cima. Os elevados níveis das cotações internacionais, bem como a desvalorização cambial promovida em março pelo Banco Central, devem frear o ritmo das importações durante a colheita, aumentando a procura do produto brasileiro. Embora o algodão nacional não apresente a desejada qualidade do produto internacional, o diferencial de preços, que chegou a US$0,07/lb em fevereiro (o que representa US$154,00/t), ajudará a compor os custos de produção da indústria têxtil nacional (ver gráfico).

Rentabilidade do algodão mais uma vez supera culturas concorrentes

Paraná – comparativo de rentabilidade das culturas do algodão, milho e soja

Especificação	Algodão	Milho	Soja
Produtividade (kg/ha)	1.800	3.000	2.160
Custo total (R$/15kg)	5,79	9,83	12,10
Custo variável (R$/15kg)	3,98	5,59	6,78
Preço recebido[1] (R$/15kg)	6,27	4,03	8,38
Preço mínimo[2] (R$/15kg)	5,52	6,32	8,14
Rentabilidade			
Custo total (%)	8,29	-59,00	-30,74
Custo variável (%)	57,54	-27,91	23,60

Fonte: Departamento de Economia Rural do Paraná (Deral).

[1] Situação em 15 de março. Média das principais regiões produtoras. Fonte: Sima.

[2] Valor fixado em setembro de 1994 e mantido para a comercialização da safra.

Obs.: 15kg = 1 arroba (@).

Reforçando esta tendência de alta das cotações, o balanço interno de oferta e demanda ainda é extremamente deficitário. Mesmo com o aumento da produção interna, esta ainda é 34% menor que o consumo nacional, estimado em 900 mil toneladas. Do lado do consumo, trabalha-se com expectativas favoráveis, uma vez que o setor têxtil

Estatísticas mundiais do algodão em pluma

Taxas de crescimento com relação à safra passada e projeções para janeiro

Região		Estoques iniciais (1.000t)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produtividade (kg/ha)	Consumo doméstico (1.000t)	Estoques finais (1.000t)
	Janeiro	6.518,67	18.291,02	32.610,00	573,00	18.748,24	6.220,38
Mundo	Fevereiro	6.562,21	18.297,55	32.330,00	566,00	18.504,39	6.579,63
	Tx. cresc. (%)	-19,28	9,24	6,07	2,91	0,16	0,27
	Janeiro	768,57	4.295,70	5.440,00	783,00	2.394,97	696,72
EUA	Fevereiro	768,57	4.295,70	5.390,00	796,00	2.416,74	587,86
	Tx. cresc. (%)	-24,25	22,32	4,26	17,23	6,53	-23,23
	Janeiro	1.844,13	4.245,62	5.550,00	812,00	4.615,76	1.757,04
China	Fevereiro	1.844,13	4.245,62	5.550,00	765,00	4.463,35	2.159,83
	Tx. cresc. (%)	-31,36	13,37	11,00	2,14	-1,91	17,26
	Janeiro	418,03	1.306,35	2.800,00	490,00	1.371,66	472,46
Paquistão	Fevereiro	418,03	1.306,35	2.820,00	463,00	1.371,66	461,58
	Tx. cresc. (%)	-11,11	-4,46	0,36	-5,12	-3,08	10,99
	Janeiro	544,31	2.177,24	7.700,00	283,00	2.220,79	489,88
Índia	Fevereiro	561,73	2.133,70	7.700,00	283,00	2.209,90	572,62
	Tx. cresc. (%)	-11,64	2,08	5,19	-1,05	2,32	2,73
	Janeiro	209,02	1.273,69	1.500,00	871,00	195,95	121,93
Usbequistão	Fevereiro	209,02	1.306,35	1.500,00	848,00	195,95	121,93
	Tx. cresc. (%)	-48,11	-3,85	-7,98	1,56	-3,23	-41,67
	Janeiro	352,71	500,77	1.350,00	371,00	849,12	370,13
Brasil	Fevereiro	352,71	500,77	1.350,00	371,00	849,12	370,13
	Tx. cresc. (%)	-24,30	23,66	23,85	-0,54	3,45	4,97

Fonte: USDA. World Agricultural Supply and Demand Estimates e World Agricultural Production.
Obs.: os dados de produtividade referem-se ao algodão em caroço. As projeções para área e produtividade referem-se aos meses de dezembro de 1994 e janeiro de 1995.

reage positivamente ao sucesso do plano de estabilização econômica. As estimativas da Conab apontam para uma taxa de crescimento neste ano em torno de 6%, ou seja, mais que o dobro do crescimento verificado entre 1993 e 1994.

Para que a comercialização da safra possa transcorrer de forma tranqüila falta somente o governo tornar disponíveis os recursos em tempo e em volume suficiente para os contratos de empréstimos do governo federal (EGF). Esta é a garantia que resta, uma vez que, mesmo não tendo sido corrigido, o preço mínimo fixado em setembro de 1994 (R$5,52/15kg) já é suficiente para cobrir os custos variáveis de produção (R$3,98/15kg), segundo estimativas do Deral. Os preços recebidos pelo produtor em meados de março, R$6,30/15kg, já garantem ao cotonicultor uma rentabilidade próxima aos 60% (com relação aos custos variáveis), bem superior à das culturas concorrentes, como o milho e a soja, que apresentam, respectivamente, rentabilidades de -28% e 24% (ver tabela). Se for esse de fato o desempenho da cultura até o final da colheita, será novamente um forte estímulo para o plantio da safra seguinte que, segundo estimativas, deve ser 20% maior em termos de produção.

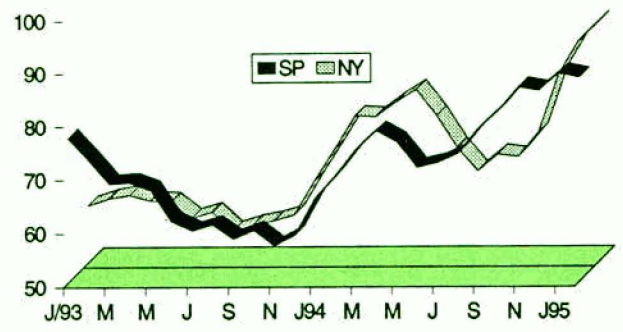


Os altos níveis das cotações internacionais e a desvalorização cambial promovida em março pelo Banco Central devem frear o ritmo das importações durante a colheita, aumentando a procura do produto brasileiro.

A sustentação das cotações internacionais

De acordo com as projeções divulgadas pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), espera-se que os elevados níveis das cotações internacionais de algodão se sustentem ao longo de todo 1995, em função da manutenção do quadro de escassez do produto (ver tabela). Embora seja aguardada uma produção mundial 9,24% superior à do ano passado, o volume ainda não é suficiente para suprir a demanda mundial estimada em 18,5

Evolução das cotações domésticas e internacionais do algodão em pluma
(em US cents/lb)



Fonte: BM&F e *Gazeta Mercantil*.

milhões de toneladas. Além disso, os estoques mundiais, bem como a relação estoque/produção, continuam muito baixos, o que seguramente pressiona as cotações. Ademais, nessas projeções, conta-se com o aumento da área cultivada e da produção de três dos cinco maiores produtores mundiais, como EUA, China e Índia. À exceção dos EUA, China, Índia e outros dois grandes produtores, como Paquistão e Usbequistão, ainda apresentam problemas de ordem econômica, fitossanitária e ambiental. Tais problemas afetam diretamente a produtividade, havendo por conseguinte espaço para que as previsões do USDA sejam revistas para baixo ao longo deste ano.

A rentabilidade do algodão sobre os custos variáveis já chega aos 60%, contra -28% para o milho e 24% para a soja.

Quanto ao consumo, a continuidade do crescimento dependerá, assim como no Brasil, exclusivamente do sucesso dos planos de estabilização econômica que estão em curso em importantes países produtores de algodão, como a China, os países do Leste europeu e os países da ex-URSS. No caso da economia chinesa, que é responsável por 25% do consumo mundial de algodão, qualquer decisão na área econômica que resulte num aumento do consumo terá forte repercussão no mercado internacional.

As perspectivas para a cultura são boas. Uma análise do consumo industrial de fibras têxteis no Brasil[1] mostra que, apesar da crescente participação das fibras sintéticas na produção têxtil, as fibras de algodão mantiveram sua participação no consumo global em 64% durante um longo período de 30 anos. O espaço ocupado pelas fibras sintéticas ou artificiais foi cedido por outras fibras naturais, que tiveram uma forte redução em seu uso. Mesmo não havendo previsões de que o mundo venha a sofrer num curto prazo de tempo novo colapso na oferta de petróleo, a utilização de fibras naturais na confecção de roupas vem sendo incentivada por entidades ambientalistas de peso, como o Green Peace, que divulgam o chamado algodão orgânico. Pode parecer inexpressivo, mas muitos mercados dos países desenvolvidos vêm exigindo cada vez mais que os produtos importados tenham sido produzidos dentro de rigorosos critérios ambientais. Não obstante, vale ressaltar que a próxima Rodada do Gatt, agora sob o comando da Organização Mundial do Comércio (OMC), será dedicada ao comércio internacional e ao meio ambiente.

Além desta perspectiva industrial, a recuperação da cotonicultura nacional está sendo uma das metas de um acordo firmado entre o governo federal, empresas privadas e entidades de classe, com o intuito de assegurar o desenvolvimento do setor têxtil em face dos agressivos padrões do setor no mercado internacional.[2] Frutos deste acordo já foram colhidos quando foi anunciada a política para a safra 1994/95. No entanto, ainda há muito por fazer até que a produção e a qualidade do algodão nacional sejam recuperadas.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

[1] Ver Gonçalves, José Sidney. O comportamento dos mercados de algodão no pico da safra 1992/93. *Informações Econômicas*, *23* (7), jul. 1993.
[2] Ver Hurst, Marlene & Sarno, Vitor. *Cotonicultura baiana e indústria têxtil*. Salvador, Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1994.

ARROZ

Abastecimento tranqüilo em 1995

De modo geral, as condições climáticas foram satisfatórias nas principais regiões produtoras e o país deverá colher uma boa safra em 1995.

De acordo com os prognósticos da Conab divulgados em fevereiro, esta deverá ser a melhor safra dos últimos seis anos, perfazendo um total de 11,4 milhões de toneladas do produto em casca.

Segundo a publicação *Safras e Mercados*, à exceção de alguns problemas climáticos localizados, o clima foi muito favorável este ano ao arroz, cujo plantio é amplamente disseminado por todo o território nacional. Na região Centro-Oeste, a escassez de chuvas na época normal de plantio provocou atraso na semeadura em algumas localidades. Conforme a Cooperava, de Tocantins, cerca de 5% da área que seria cultivada com o produto no seu espaço de atuação deixaram de ser plantados por desistência dos agricultores em razão da seca. Entretanto, posteri-

ormente, o clima se normalizou, favorecendo bastante a lavoura durante o ciclo vegetativo. Na região sul de Goiás, na área de atuação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudeste Goiano Ltda. (Comigo), houve um veranico de 12 dias no início de janeiro que provavelmente afetará a produtividade final do arroz plantado naquela região.

Não houve, como se chegou a supor, impactos na produção gaúcha decorrentes do endividamento dos agricultores junto às instituições bancárias e comerciais do estado.

Segundo os levantamentos feitos pela Conab, a região Centro-Oeste como um todo deverá produzir cerca de 1,5 milhão de toneladas, o que representa uma variação negativa de 8% em relação à safra obtida no ano passado. Todos os estados da região registram reduções na produção comparativamente à safra 1993/94. Estas contrações, que variam de 6% (Mato Grosso) a 11% (Mato Grosso do Sul e Goiás), embora estejam muitas vezes relacionadas aos reveses climáticos aos quais a lavoura de sequeiro é altamente sensível, estão, em certo grau, associadas às dificuldades de comercialização decorrentes da saída do governo do papel de principal comprador do arroz produzido naquela região.

O que já se poderia conjecturar, no entanto, é que a região Centro-Oeste, após um período de apogeu e declínio na produção de arroz de sequeiro, ambos associados às diferentes trajetórias da política agrícola no intervalo de tempo em que se deram estes movimentos (estímulo/desestímulo), estaria atingindo um nível de equilíbrio, ou seja, um patamar de produção em torno do qual as safras deverão flutuar daqui para a frente. Como em 1994 e em 1995 não houve problemas climáticos significativos que pudessem provocar um declínio atípico nas safras da região, é razoável supor que o nível médio alcançado nestas duas colheitas esteja bem próximo de indicar a capacidade de absorção da produção da região Centro-Oeste pelo mercado representado, em sua maior parte, pelo setor privado.



Boas safras em todo o país

A safra maranhense também alcançou um resultado satisfatório, devendo totalizar, de acordo com a Conab, cerca de 992 mil toneladas, 18% a mais que na safra passada. Embora a safra do Maranhão, assim como a de toda a região Nordeste, seja uma produção tipicamente voltada para o autoconsumo, seu desempenho é um importante fator condicionante do mercado, uma vez que, numa eventual frustração de safra, a região intensifica a sua típica condição de importadora, afetando o centro de formação de preços localizado na região Sudeste.

A safra gaúcha, que já corresponde a cerca de 46% da produção nacional, deverá alcançar um excepcional resultado, cerca de 4,99 milhões de toneladas. As condições climáticas este ano foram consideradas excelentes para o cultivo. Segundo o Igra, durante a fase vegetativa da lavoura registraram-se temperaturas elevadas e alto grau de radiação solar, fatores fundamentais para a obtenção de boa produtividade. Apenas no início de março é que foram registradas chuvas de granizo em algumas regiões, mas as perdas não deverão ser significativas. A área de cultivo praticamente repetiu a do ano passado, cerca de 970 mil hectares, e a produtividade alcançada foi muito boa: 5.150kg/ha. Não houve, portanto, como se chegou a supor anteriormente, impactos na produção gaúcha decorrentes do endividamento dos agricultores junto às instituições bancárias e comerciais do estado.

Rio Grande do Sul confirma sua pujança

Brasil — arroz — quadro comparativo de produção, principais estados produtores, 1993 e 1995

Unidade da Federação	Safra 1993/94 (1.000t)	Part. prod. nac.(%)	Safra 1994/95 (1.000t)	Part. prod. nac.(%)
Rio Grande do Sul	4.221,0	43	4.996,1	46
Maranhão	837,9	8	992,3	9
Mato Grosso	909,0	9	854,0	8
Santa Catarina	713,8	7	752,2	7
Minas Gerais	642,2	7	671,3	6
Goiás	511,7	5	457,4	4
Piauí	398,9	4	445,7	4
Tocantins	391,2	4	395,7	4
São Paulo	271,9	3	280,0	3
Rondônia	248,7	3	256,1	2
Paraná	243,6	2	238,7	2
Outros	1.130,4	-	1.089,9	-
Total	10.520,3	-	11.429,4	-

Fonte: Conab.

Governo adota medidas para restringir importações

Normalmente, durante a fase que antecede a colheita, há um arrefecimento no ritmo dos negócios no mercado, que fica na expectativa da entrada da nova safra. A pressão baixista, que em geral atravessa todo o período de colheita, pode ser aliviada com os mecanismos tradicionais de sustentação da renda agrícola, como os empréstimos do governo federal (EGF). Entretanto, com a formação do

Mercosul e o grau de proteção relativamente baixo para as importações oriundas de terceiros países, todos os níveis de comercialização vêm sendo afetados por um forte efeito depressor, o que levou o governo a adotar em fevereiro medidas restritivas às importações.

Os cerealistas de São Paulo, principal pólo atacadista do produto e centro formador de preços para todo o país, apontaram vários fatores de baixa durante o mês de fevereiro. Em primeiro lugar, há um excesso de oferta devido ao grande volume de importações e leilões do governo. Foi registrada também uma retração nas compras do varejo devido ao excesso de calor no mês de janeiro, que alterou a qualidade do produto estocado por este segmento. Os atacadistas supõem também que o Plano Real provocou deslocamento da demanda do arroz em favor de produtos de maior elasticidade-renda, como carne bovina e frango. Outros dois fatores importantes: as safras da Argentina e do Uruguai deverão ser muito boas e os estoques de passagem alcançam níveis muito elevados. De acordo com a Conab, em fevereiro a posição dos estoques era a seguinte: 1,9 milhão de toneladas em EGF, dos - quais cerca de 1,2 milhão correspondentes ao Rio Grande do Sul, e ainda cerca de 900 mil toneladas em aquisições do governo federal (AGF).

Toda esta configuração de sobreoferta e preços deprimidos que está impregnando o mercado hoje é resultado de um complexo encadeamento que vai desde a inserção do país no processo de globalização econômica até o afloramento das dificuldades estruturais de um subsetor que até pouco tempo trabalhava com um menor grau de exposição à competição internacional. Apenas para se ter uma idéia, de março a dezembro de 1994 foram internalizadas cerca de 1,26 milhão de toneladas de arroz em casca, sendo 50% oriundas do Mercosul e 50% de terceiros países. Para 1995, a previsão é de que mais 1,35 milhão entre pelos portos brasileiros. Tal quantidade faz do país um dos principais importadores mundiais, a despeito de sua enorme capacidade de produção.

Em fevereiro, o governo, apesar de reconhecer as dificuldades dos arrozeiros diante da concorrência internacional, mencionou a necessidade de uma reengenharia no setor, a fim de aumentar a produtividade e reduzir os custos da atividade. Em contrapartida, os agricultores reivindicam acesso ao mercado internacional de equipamentos e insumos, com a retirada de alíquotas de importação e impostos indiretos, revisão nos tributos estaduais e utilização de recursos a custos financeiros internacionais.

De fato, a maneira pela qual vinham se dando as operações de importação provocava uma distorção no mercado pela qual se tornava bem mais vantajoso adquirir o cereal no exterior do que comprá-lo no mercado interno, o que é, em última instância, um grande desincentivo à produção interna. Isto porque as *tradings* tinham um prazo de pagamento do produto importado que variava de 180 a 360 dias. Além deste financiamento de longo prazo, as taxas de juros internacionais são muito inferiores às praticadas no mercado interno, o que também conferia margens muito atraentes para os importadores.

O governo, no entanto, interferiu nessas operações, através da Instrução Normativa nº 95/021, de 24 de março de 1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Segundo a medida, de agora em diante as importações só poderão ser efetuadas mediante pagamento à vista, o que inclui também as compras do Mercosul. A medida agradou aos produtores rurais e deverá melhorar as condições de competitividade entre o produto brasileiro e o produto importado. Por outro lado, a decisão também deverá melhorar o escoamento dos estoques oficiais, represados pela forte competição externa.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

FEIJÃO

Chuvas na colheita provocam impacto reduzido no mercado

O excesso de chuva durante a colheita provocou perdas na safra das águas de 1994/95, mas a oferta não declinou tanto quanto a mídia chegou a alardear.

No Paraná, principal estado produtor do período das águas, o excesso de chuvas frustrou a expectativa de uma safra recorde. A princípio, com a euforia dos produtores rurais de plantar a leguminosa devido ao forte estímulo conferido pela comercialização do produto em 1994, esperava-se que poderiam ser produzidas até 580 mil toneladas do produto no estado, o que representaria um resultado inédito. A produtividade prevista inicialmente era muito boa para os padrões tecnológicos vigentes no estado, cerca de 1.048kg/ha, mas após as chuvas o rendimento médio estimado caiu para 875kg/ha, segundo dados do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral).

O excesso de chuvas no mês de janeiro de fato afetou a produção da região Centro-Sul, que, segundo a Conab, deverá apresentar contração de 16% em relação ao resultado de 1993/94. Todos os estados levantados pela Conab, à exceção de Mato Grosso do Sul e Tocantins, que repetiram o desempenho anterior, apresentaram redução

Produção poderá declinar ligeiramente em relação ao ano passado

Brasil — feijão total — balanço de oferta e demanda (em mil t)

Ano-safra	Quantidade inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Estoque de passagem
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7	2.600,0	76,7
1989/90	76,7	2.339,9	70,3	2.486,9	2.370,8	116,1
1990/91	116,1	2.806,2	88,6	3.010,9	2.638,1	372,8
1991/92	372,8	2.902,4	57,7	3.332,9	2.795,6	537,3
1992/93	537,3	2.379,1	54,9	2.971,3	2.771,8	199,5
1993/94	199,5	3.099,0	156,4	3.454,9	3.019,0	435,9
1994/95	435,9	2.980,4	100,0	3.516,3	3.100,8	415,5

Fonte: Conab.

na produção. No entanto, o impacto dessas perdas sobre o mercado tem que ser mais bem avaliado, uma vez que as quebras foram computadas em cima de estimativas excessivamente otimistas. A possibilidade de que não haja uma diferença muito expressiva entre as safras do ano anterior e a atual foi levantada por fontes ligadas ao mercado atacadista de São Paulo, ante a constatação de que o mercado não reagiu como seria de esperar à crise na produção.

Historicamente, os preços do feijão carioca tendem a declinar no período de colheita, embora o recrudescimento da procura devido à natural avidez do mercado por produto novo possa amenizar um pouco esta condição. A quebra da safra paranaense poderia ter justificado uma alta no mercado, mas os atacadistas apontaram também a retração no consumo como um fator de contrapeso às recentes crises na oferta. De acordo com o Deral, a quebra de safra foi expressiva: cerca de 215 mil toneladas foram perdidas e o total colhido alcançou cerca de 320 mil toneladas, o que representa um declínio de 23% em relação à safra passada. Como o mercado não reagiu como deveria se esperar a esta condição, três fatores foram levantados para explicar a estabilidade das cotações nos meses de janeiro e fevereiro: em princípio, seria necessário mesmo uma melhor avaliação das perdas, que podem estar superdimensionadas. A demanda retraída também explicaria a tímida evolução dos preços: o período de férias, que reduz a demanda do consumidor comum e também das cozinhas industriais contraiu perceptivelmente as compras do varejo. Além disso, a oferta do feijão colhido nessa época foi, em sua maior parte, de produtode má qualidade, com grande percentagem de grãos "chuvados" (grãos com a casca enrugada e parcial ou totalmente manchados, sem afetar a massa), o que puxou para baixo as cotações da leguminosa.



Boas perspectivas para a segunda e a terceira safras

Tradicionalmente, a segunda safra obtém preços melhores do que a primeira, cuja oferta é bem mais concentrada. Talvez isto ajude a explicar a disposição detectada no meio produtor de fazer o segundo plantio da leguminosa, uma vez que o desempenho da comercialização do primeiro não constituiu propriamente um estímulo. A safra irrigada também deverá vir com toda a força novamente, devido à grande atratividade econômica que este tipo de cultivo vem exercendo ano após ano sobre o empresariado rural mais capitalizado. O emprego de alta tecnologia neste sistema de produção permite a obtenção de produtividade muito compensadora, e na época de entrada desta safra o mercado tradicionalmente descreve uma curva de alta.

Embora ainda seja um tanto prematuro avaliar as dimensões da segunda safra, que tem o calendário agrícola mais disperso e o grau de incerteza das colheitas muito elevado, a constatação da forte intenção de plantio levou a Conab a projetar uma safra total (a soma das três safras) ligeiramente inferior à do ano passado. Como os estoques de passagem estão elevados, o quadro de suprimento para 1995 é, enfim, tranqüilizador (ver tabela).

Nem mesmo a quebra da safra baiana (leia-se Irecê), que deverá ofertar apenas 60 mil toneladas, menos ainda que o péssimo desempenho do ano anterior — quando a região produziu cerca de 103 mil toneladas, bem abaixo da média histórica —, parece estar afetando muito o mercado. No início de março, época em que normalmente a região envia o seu produto para os pólos atacadistas, as cotações na "Bolsinha" de São Paulo estavam estáveis, e a oferta era considerada normal. A atomização crescente da lavoura, com a incorporação de novas áreas produtoras em todo o país, pode ser uma explicação para este comportamento, ajudando a amortecer as frustrações de safra das outras regiões.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

Primeira safra de milho no Centro-Sul superou as expectativas

A grande safra deverá manter os preços baixos ao longo da comercialização.

Quando da época do plantio da primeira safra de milho 1994/95 no Centro-Sul, as notícias a respeito eram de duas ordens. De um lado, havia fatores que o favoreciam, tais como a necessária rotação com a soja (para controlar as doenças desta última), a manutenção da demanda por parte das indústrias de rações e o desestímulo que se manifestava junto ao mercado da soja (diante da influência da defasagem cambial sobre as exportações e dos baixos preços previstos em conseqüência da elevada oferta mundial da leguminosa). De outro lado, a seca que atingiu diversas áreas produtoras desde fins do primeiro semestre de 1994, ao atrapalhar os planos de plantio da safra de verão, fez com que fossem esperados prejuízos no rendimento físico das diversas culturas.

Em conseqüência, as primeiras previsões sobre o futuro resultado da colheita do milho foram recheadas de cautela, preferindo-se optar por uma perspectiva de repetição da área semeada e do rendimento.

Esta opção revelou-se acertada, pois a Conab apurou, no início deste ano, que a extensão cultivada com o cereal da primeira safra no Centro-Sul foi somente 2,5% maior do que os 8,8 milhões de hectares de 1993/94.

Por outro lado, as condições climáticas favoráveis ao longo do desenvolvimento das plantas e a gradual agregação de melhorias tecnológicas nas lavouras garantiram um ganho adicional de quase 10% no rendimento físico esperado, que deverá ser de 3.440kg/ha.

Desta forma, a colheita do Centro-Sul nesta primeira fase foi prevista em cerca de 31,1 milhões de toneladas, num avanço de quase 13% sobre a safra anterior.

A esta produção ainda deverão juntar-se duas outras colheitas: aquela referente à porção setentrional do país e o grão obtido na chamada safrinha (ou segunda safra do Centro-Sul, que já se consolidou como uma alternativa às culturas locais de inverno).

Em 1993/94, o Norte e o Nordeste produziram, em conjunto, cerca de 3,4 milhões de toneladas de milho, quantidade que se insere dentro da normalidade para a região. Já na safrinha colheram-se perto de 2,2 milhões de toneladas, também num desempenho normal.

Supondo-se, portanto, que estas duas produções alcancem, em 1995, patamar próximo a 6 milhões de toneladas, o país estará em vias de produzir um total de 37 milhões de toneladas de milho, ou 12% acima do que se colheu em 1994.

Estoque final em 1994/95: quase 7 milhões de toneladas

Partindo destes dados, a Conab elaborou o balanço de oferta e demanda do grão para 1994/95. Mesmo tendo sido previsto que o consumo avance 8% em relação às 32,7 milhões de toneladas registradas na temporada anterior, o estoque final deverá alcançar um recorde histórico, ficando 40% acima do anterior (que foi o nível mais alto jamais atingido).

A perspectiva de folga na oferta do cereal para a atual temporada adequa-se muito bem aos fortes planos expansionistas que vêm sendo detectados junto à avicultura e à suinocultura comerciais. Afinal, o momento é especialmente feliz para um avanço na oferta dessas carnes — tanto pela ampla disponibilidade do milho, como pelo maior consumo de bens de um modo geral, ditado pela queda da inflação e pela estabilização dos preços.

A colheita do Centro-Sul nesta primeira fase foi prevista em cerca de 31,1 milhões de toneladas.

De acordo com algumas previsões já elaboradas por instituições ligadas a ambas as atividades, a produção de carne avícola em 1995 deverá romper a barreira das 3,8 milhões de toneladas, enquanto a de carne suína poderá chegar a praticamente 1,4 milhão.

No caso da carne de aves, o aumento previsto de 10% em relação à produção obtida em 1994 já pode ser parcialmente confirmado a partir do plantel nacional de matrizes de corte. O total destas aves, cujo início e/ou final de postura se dará ao longo de 1995, foi calculado pela Associação Paulista de Avicultura (APA), em dezembro último, em nível 4,5% superior ao seu equivalente para 1994.

Os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco) para a produção de carne de frango no primeiro bimestre do ano de 1995 registraram a tendência de aumento da oferta. O total chegou a quase 700 mil toneladas, ou 24% a mais do que no mesmo período de 1994. O percentual de ociosidade na produção de pintos de corte nesses dois meses mostra o ímpeto do setor, tendo sido de somente 3,6%.

O tom alarmista presente em algumas manifestações de lideranças setoriais decorre da pressão que o aumento da oferta poderá ter sobre os preços recebidos pelos avicultores. No início de março, por exemplo, o quilo do frango vivo valia, ao produtor, menos da metade do valor registrado no começo de janeiro.

A avicultura é a maior consumidora de rações comerciais no Brasil

Brasil — Produção e consumo de rações, aves, suínos e milho — 1990 a 1995 (em mil t)

Ano	Produção total de rações	Consumo de rações[2]		Consumo de milho
		Avicultura	Suinocultura	
1990	16.117,9	10.392,1	4.960,1	9.815,8
1991	17.547,1	11.132,1	5.196,3	10.803,2
1992	18.226,4	11.632,6	5.748,2	11.222,3
1993	19.025,7	12.284,2	5.867,7	11.733,6
1994	20.273,3	13.304,4	5.987,7	12.477,3
1995[1]	21.897,2	14.606,2	6.284,7	12.494,5

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Rações — Anfar.

[1] Previsão.

[2] Conversão alimentar de 2,1:1 para corte, de 72,6kg:30 dúzias para postura e de 2,9:1 para suinocultura.

Recorde histórico no estoque final de 1994/95

Brasil — milho — anos-safra 1990/91 a 1994/95 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1990/91	1.237,1	24.041,4	832,2	25.288,0	0,0	822,7
1991/92	822,7	30.770,8	340,0	28.500,0	0,0	3.433,5
1992/93	3.433,5	29.179,7	1.220,0	30.775,0	0,0	3.058,2
1993/94	3.058,2	33.123,4	1.200,0	32.732,0	0,0	4.649,6
1994/95	4.649,6	36.607,2	600,0	35.350,0	0,0	6.506,8

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de fevereiro de 1994).

Obs.: Dados preliminares para 1994/95; data-base: 10 de março.

Se é verdade que esta depressão poderá arrefecer à medida que terminarem a safra de carne bovina e o período de férias, por outro lado chama a atenção o fato de a APA ter calculado um vigoroso salto no alojamento das matrizes de corte nos meses de setembro a novembro de 1994. Isto porque se trata de aves cujos meses de início de produção serão, respectivamente, abril, maio e junho, época em que, tradicionalmente, a entressafra bovina propicia aumentos generalizados nos preços do complexo cárneo.

Crescimento da suinocultura dependerá do marketing

Já no que diz respeito à suinocultura, o otimismo refletido no aumento projetado de quase 5% na produção anual da carne provém da conjuntura favorável que o segmento tem encontrado nos mercados externo e interno. No primeiro caso, a retomada das vendas ao exterior vem, há três anos, animando os produtores, que amargavam o ocaso deste comércio desde a segunda metade da década de 70. Embora não representem mais do que 3% da produção (contra 13% no caso da avicultura), as exportações têm estimulado as empresas a buscarem incrementar as vendas de seus produtos também internamente.



Prova disto foi a pesquisa de mercado encomendada pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) a uma consultoria de *marketing* em meados de 1994, com o objetivo de melhor conhecer a mercadologia desta carne, e que apontou, entre outras, a necessidade de segmentação e diferenciação do produto para maior sucesso das vendas.

A produção de carne avícola em 1995 deverá romper a barreira das 3,8 milhões de toneladas.

De posse desta informação, produtores e indústrias decidiram pela criação de um fundo permanente de recursos para o custeio dos investimentos em promoção da carne *in natura*, que deverá ter maior destaque nos meios de comunicação e nos estabelecimentos varejistas. Desta forma, pretendem que se mantenha, até o ano 2000, o rit-

mo médio anual de quase 6% a.a. que vem sendo obtido desde 1990 no crescimento da produção de carne de porco.

Portanto, as perspectivas de crescimento tanto da avicultura quanto da suinocultura deverão dar suporte ao escoamento do milho produzido em 1994/95, dado que a alimentação animal (por meio do arraçoamento direto nas propriedades e do uso de rações comerciais) tradicionalmente responde por 80% do consumo total do grão no país. Prova disto é a recente previsão elaborada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (Anfar) de que a produção brasileira de rações comerciais em 1995 deverá beirar 22 milhões de toneladas, ou 8% a mais do que o registrado no ano passado.

É elevada a disponibilidade de milho em EGF e AGF

Por outro lado, a comercialização do cereal não poderá prescindir de sintonia fina que leve em conta o fato de estar sendo esperado um superávit recorde na atual temporada. Isto porque a eventual frustração dos produtores com o resultado financeiro após as vendas obviamente implicará desestímulo ao plantio do milho na safra de verão 1995/96 e um menor uso de insumos modernos na próxima semeadura.

Em fevereiro, por exemplo, a informação de que o governo não iria atualizar o preço mínimo pela inflação passada, além de ter frustrado os produtores, também reforçou a tendência de desvalorização das cotações detonada pela ampla oferta. Nos estados da região Sul do país, o preço recebido passou a oscilar entre R$4,00/60kg e R$5,00/60kg (ou seja, de 21 a 37% abaixo do atual preço mínimo de R$6,32/60kg), patamar muito inferior ao custo de produção da ordem de R$6,85/60kg calculado pela Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrigo) para o Rio Grande do Sul.[3]

Na verdade, o mercado de milho encontra-se especialmente pressionado pelo fato de o total de empréstimos do governo federal (EGF) colhido em outras safras ter alcançado 4,2 milhões de toneladas em fins de janeiro último. Da mesma forma, o somatório das aquisições do governo federal (AGF) alcançava 1,2 milhão de toneladas ao final de 1994. Representando o equivalente a quase quatro meses de consumo comercial, essa estocagem tem pressionado o mercado do grão, pois não só o governo não tem tido recursos suficientes para liquidar os EGF, como também porque o efeito de uma eventual ação neste sentido depreciaria fortemente os preços em plena época de colheita.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

[3] Custo operacional + custo de financiamento + custos fixos; em 1º de agosto de 1994; para milho mecanizado; rendimento físico de 4.200kg/ha.

SOJA

Melhora a competitividade da soja brasileira

A correção da política cambial beneficiou as exportações, diminuindo as preocupações do subsetor.

A nova safra vem fazendo com que se aproximem as cotações internas e externas da soja. As suposições de que seria registrada mais uma boa colheita afinal se confirmaram e já circulam estimativas de produção superior a 26 milhões de toneladas, como é o caso da previsão da Conab. Outros órgãos, como o IBGE e o USDA, divulgaram números um pouco menores. O mais recente é o do Departamento de Agricultura norte-americano, de 14 de março, que estima a safra brasileira em 25,1 milhões de toneladas, num contexto de forte aumento da produção mundial (ver tabela).

Ainda há alguns entraves a uma produção tão expressiva. O tempo esteve excessivamente chuvoso e só melhorou no final de fevereiro, quando alguns dos principais estados produtores puderam começar a colher. O maior estado produtor, o Rio Grande do Sul, naturalmente colhe mais tarde, em função de sua localização geográfica. Até o início de março, porém, tinha-se colhido apenas a metade do que se verificou um ano antes.

Em termos de comercialização, também só se vendeu a metade do considerado normal, em razão de uma conjuntura que, em alguns aspectos, é o oposto da de 1993/94, por suas muitas indefinições e maior oferta.

A baixa do dólar no exterior auxilia o complexo de soja a vender mais.

Houve alguma atenuação das preocupações vigentes no subsetor, depois da correção da política cambial (equivocadamente apresentada por alguns órgãos como Plano Real 2), mas as dificuldades esperadas para a comercialização deste ano (ver *Agroanalysis*, mar. 1995) permanecem. A reivindicação dos exportadores foi em parte atendida. Aliás, aqui se encontram algumas divergências, pois há produtores rurais que consideram as medidas insuficientes para compensarem o peso da TR sobre suas dívidas, o que acarretou manifestações de milhares de agricultores nos estados sulinos. Reivindicavam a liberação dos recursos do crédito de comercialização e das últimas parcelas do crédito de custeio. Além, é claro, do fim

da TR, os manifestantes também querem a revisão das alíquotas de importação de produtos agrícolas (no que contam com o precedente aberto, também em março, pela petição do governo argentino) e pedem aos políticos regionais que só negociem a reforma constitucional se forem atendidos em seus pleitos para as bases do meio rural.

É preciso ter em conta, porém, que o próprio dólar norte-americano tem-se desvalorizado, nas últimas semanas, em relação às demais moedas fortes, e as agências internacionais vêm relatando expectativas generalizadas de que as exportações dos EUA serão beneficiadas com isso.

Previsto grande aumento nos estoques norte-americanos

Soja — produção dos EUA, 1993/94 e 1994/95 (em milhões de t)

Discriminação	1993/94	1994/95	%
Produção	50,92	69,62	36,7
Exportações	16,03	21,36	33,2
Esmagamento	34,62	37,15	7,3
Estoque final	5,68	13,88	144,4

Fonte: USDA.

A produção mundial crescerá 17% em 1994/95

Complexo de soja — produção e estoques mundiais, 1993/94 e 1994/95 (em milhões de t)

	Produção		Estoque final	
Produto	93/94	94/95	93/94	94/95
Soja em grão	117,47	137,91	17,46	26,47
Farelo de soja	79,63	84,87	3,29	3,45
Óleo de soja	18,04	19,33	1,47	1,70

Fonte: USDA.

Este processo de queda do dólar fez estancar um pouco o recuo das cotações da soja em Chicago, mas desde o início de março a bolsa vem oscilando. Tal movimento pendular deve-se ao fato de não se poder estimar precisamente a repercussão da questão cambial sobre as vendas, o que produz ansiedade. É claro que permanece a influência baixista da certeza da grande safra sul-americana. Na Argentina, espera-se novo recorde: 12,7 milhões de toneladas, pois o clima foi favorável às plantações. Somando-se a isto os 2 milhões de toneladas da soja paraguaia e as 600 mil toneladas da boliviana, tem-se uma colheita conjunta de mais de 40 milhões de toneladas. Em meados de março, as cotações de futuros do complexo da soja, em Chicago, para o mês de maio, subiram um pouco. Assim, a tonelada da soja em grão atingiu os US$212,48 (equivalentes a US cents 5,78 por *bushel*). O preço do óleo alcançou US$606,04/t, sendo influenciado também por movimentos semelhantes no mercado de futuros do óleo de palma (dendê) na Malaísia.



Com a grande produção, o país poderá importar menos grão.

Espera-se que as exportações brasileiras dos derivados cresçam nos mercados considerados emergentes do Extremo Oriente e do Oriente Médio. Tais regiões costumam ser abastecidas pelos europeus ocidentais, mas estes foram obrigados a produzir menor quantidade de soja, devido a modificações na política agrícola, e suas exportações deverão diminuir. Os europeus terão de importar, segundo cálculos do USDA, cerca de 15 milhões de toneladas de soja em grão, em 1994/95.

Na estimativa do USDA, liberada em 14 de março, técnicos daquele órgão calculam que o Brasil poderá exportar menos 12,5%, em razão da maior concorrência dos EUA, propiciada pelo excepcional desempenho de sua safra 1994/95 (ver tabela), considerado difícil de ser repetido no próximo plantio, a partir de abril.

O mais recente balanço de oferta e demanda da Conab para a sojicultura brasileira considera que as importações da soja em grão, que totalizaram 900 mil toneladas no ano passado, poderão ser reduzidas para apenas 200 mil toneladas em 1994/95, em razão do crescimento da produção. Com isto, ter-se-ia um suprimento interno de 27,24 milhões de toneladas, para um consumo da ordem de 20,74 milhões (na safra anterior, foi de 20,19 milhões, recorde até então). Devido à expansão da demanda interna, as exportações poderão diminuir de 5,55 milhões para 4,9 milhões de toneladas, deixando um estoque remanescente 97 mil toneladas maior, de 1,6 milhão de toneladas.

Para o óleo brasileiro, a produção estimada é de 3,61 milhões de toneladas (3,53 milhões foram produzidas em 1993/94), com consumo de 2,43 milhões de toneladas (pouco acima dos 2,4 verificados no ano anterior) e exportação igual à de 1993/94 (1,5 milhão de toneladas). Os estoques de passagem cairiam, então, de 222 mil para 192 mil toneladas.

O farelo teve sua estimativa de produção ampliada de 14,69 milhões para 15,01 milhões de toneladas. O suprimento interno foi calculado em 15,43 milhões de toneladas, com consumo interno de 4,8 milhões (4,46, no ano passado) e exportações preliminarmente mantidas no mesmo patamar do ano comercial anterior (10,3 milhões

de toneladas), mas há estimativas de que possam aumentar. Estes números, no entanto, foram calculados a partir da previsão de produção de 25,5 milhões de toneladas e liberados em 8 de março. Supondo-se que a mais nova avaliação do tamanho da safra (26,3 milhões de toneladas) se concretize, haverá melhor desempenho quantitativo das vendas.

No que diz respeito aos preços, porém, não parece, mantidas as condições do momento, que o novo ano comercial possa trazer maiores surpresas. É claro que algo como mais uma manifestação danosa de El Niño poderá acontecer. Afinal, há prenúncios dele nas enchentes em regiões ao sul do Brasil e nas fortes inundações que há pouco arrasaram plantações e solos urbanos na Califórnia.

A ociosidade das empresas é preocupante.

As questões de fundo que tolhem o desenvolvimento da lavoura da soja no país, porém, continuam. Recente estudo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) apresentou proposta de algumas alterações em pontos-chave que, feitas, permitirão à sojicultura maior desembaraço. A fundamentação para essas idéias encontra-se na constatação de que, em 15 anos, a área de cultivo da soja cresceu somente 1,6% ao ano, passando de 8,8 milhões de hectares, em 1979/80, para 11,2 milhões de hectares em 1994/95. Tal expansão só ocorreu porque o Centro-Oeste conquistou novos espaços, já que, no Sul, as plantações encolheram mais de 1,3 milhão de hectares. Na área agroindustrial, foi o que aconteceu na região dos cerrados, pois em 1990 ela detinha 15% da capacidade de esmagamento e, agora, pode esmagar 48% do total do país.

Esta maior participação, porém, não é tranqüila. Dados da Abiove mostram que a ociosidade das empresas atinge 49,5% (podem moer 105 mil toneladas por dia, mas trabalham, em média, com 53 mil toneladas/dia). A situação das indústrias dos estados centrais estaria pior, não fosse o fechamento de várias concorrentes de pequeno porte (*et pour cause*, de tecnologia defasada) em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Esta situação também afeta o principal estado processador de soja, que é o Paraná. Suas indústrias abasteciam-se nas produções do cerrado, que agora escasseiam, pela presença das novas fábricas regionais.

No referido trabalho, as sugestões de modificações possíveis em alguns entraves à sojicultura são as seguintes:

- fim do ICMS nas vendas externas de farelo e óleo, procurando-se manter o diferencial da Argentina (ver *Agroanalysis*, fev. 1995);
- redução do ICMS incidente sobre o óleo de soja, em geral;
- racionalização e investimentos na infra-estrutura dos transportes, incluindo os portos e as tarifas das ferrovias estatais;
- incentivo à sojicultura na fronteira agrícola;
- liberação do capital estrangeiro na agroindústria da soja;
- exclusão do complexo da soja da classificação compulsória (Lei nº 6.305/75);
- implementação da Lei dos Portos e evitar a volta da obrigatoriedade do uso de navios brasileiros no comércio exterior.

As novas medidas de correção do atual plano de estabilização são benéficas, mas ficam longe dos objetivos almejados pelas propostas citadas. A criação do sistema de bandas para o dólar é interessante e se soma à baixa da moeda norte-americana no exterior, mas não leva à reação necessária dos preços e é uma medida pontual. A autorização de captação de recursos externos pelos bancos para aplicação na agricultura é importante, mas o governo federal está empenhado em manter elevados os juros internos, como um freio à forte expansão do PIB esperada em 1995. Outra autorização, a dada ao BNDES para o alargamento dos prazos de financiamento de máquinas agrícolas, de quatro a cinco anos para seis a oito anos, será favorável, no longo prazo, acelerando a modernização do maquinário, que já estava em andamento na área da soja.

Prevê-se concentração nas vendas em curto período.

No curto prazo, é preciso acompanhar como evoluirão as vendas no mercado interno, posto que a reincorporação da soja à política de garantia de preços mínimos, com direito à equivalência-produto, criou sérios problemas para o governo federal. Continua-se prevendo que até 6 milhões de toneladas de soja da atual colheita serão adquiridos pelo governo federal, o que tem mantido as indústrias afastadas temporariamente das compras.

Nos primeiros momentos da baixa sazonal dos preços internos, algumas cooperativas optaram por também ficar fora do mercado e as vendas antecipadas, que tão bem caracterizaram o mercado nos últimos anos, simplesmente não deslancharam. Isto provocará concentração das vendas daqui a algumas semanas, agravada pelo fato de a colheita da soja precoce ter-se atrasado, em razão das chuvas de fevereiro, o que impediu o cumprimento dos contratos de entrega da produção naquele mês. Embora não haja condições, ainda, de calcular as perdas das lavouras de ciclo curto, sabe-se que seu período final de desenvolvimento foi afetado, mas como sua participação na produção total do país é pequena, este fato não provocará desfalque significativo.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

VOCÊ SABE ONDE CONSE-GUIR INFORMAÇÕES ECONÔMICAS?

O Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas possui mais de 10 anos de experiência nesta atividade e oferece a seus usuários 4 modalidades de serviços de informação econômica.

BANCO DE DADOS ON-LINE

O ARIES ON-LINE é um serviço de banco de dados que permite ao assinante o acesso on-line a duas bases de dados numéricas sobre a economia brasileira.
As consultas podem ser feitas através da Renpac, rede de telefonia pública ou telex.

BANCO DE DADOS EM DISQUETE

O serviço em disquete é um sistema de armazenamento e recuperação de aproximadamente 500 séries históricas.
O serviço é prestado sob a forma de assinatura anual com entregas mensais de disquetes contendo as atualizações da base de dados.

SERVIÇO AVULSO

No ARIES AVULSO os pedidos podem ser tanto para fornecimento de pequeno grupo de estatísticas econômicas quanto de trabalhos que requeiram algum tipo de tratamento dos dodos.
A solicitação, sem a necessidade de cadastramento prévio do cliente, pode ser feita por fax ou pelo correio.

SERVIÇO DE ALERTA

O ARIES ALERTA permite ao usuário cadastrado selecionar o perfil dos indicadores econômicos que deseja incluir no seu alerta mensal.
Os relatórios do alerta são enviados por fax ou pelo correio.

* * *

Recorrendo à produção de dados da própria FGV ou selecionando informações junto às principais fontes estatísticas, o Banco de Dados atua nos seguintes assuntos:

- Agropecuária
- Contas Nacionais
- Economia Internacional
- Emprego e Rendimento
- Empresas
- Energia
- Indicadores Financeiros
- Índices de Preços
- Indústria
- Setor externo
- Vendas

IBRE/Banco de Dados
Praia de Botafogo, 190 - Sala 830
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22253-900
Tels: (021) 551-9099 - 536-9346
Fax: (021) 551-3549

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de fevereiro de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	0,52	100,00	0,52	0,19
Itens do IPA-DI	-0,14	68,97	-0,10	-0,03
Alimentação	0,00	37,84	0,00	0,00
Matérias-primas brutas	-0,31	31,13	-0,10	-0,04
Algodão arbóreo	0,00	0,14	0,00	0,00
Algodão herbáceo	1,42	1,29	0,02	0,01
Amendoim	0,87	0,15	0,00	0,00
Arroz em casca	-1,14	2,41	-0,03	-0,01
Aves	-0,71	2,19	-0,02	-0,01
Babaçu	-18,36	0,08	-0,01	-0,01
Borracha hévea	0,00	0,12	0,00	0,00
Bovinos	0,17	7,04	0,01	0,00
Cacau	10,08	0,54	0,05	0,02
Café em coco	0,51	3,24	0,02	0,01
Cana-de-açúcar	-1,12	4,81	-0,05	-0,02
Cevada	4,19	0,06	0,00	0,00
Erva-mate (bruta)	-2,89	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	2,16	0,45	0,01	0,00
Juta	5,64	0,03	0,00	0,00
Leite *in natura*	-0,21	3,39	-0,01	0,00
Malva	7,71	0,05	0,00	0,00
Soja	2,67	1,65	0,04	0,02
Suínos	-5,14	1,33	-0,07	-0,02
Trigo	-3,51	2,12	-0,07	-0,03
Itens do IPC-BR	2,00	31,03	0,62	0,22
Alimentação	1,82	28,83	0,53	0,19
Gêneros alimentícios	1,91	25,06	0,48	0,17
Adoçantes	-1,49	0,50	-0,01	0,00
Arroz e feijão	-2,83	1,03	-0,03	-0,01
Aves e ovos	-5,52	1,30	-0,07	-0,03
Bebidas não-alcoólicas	-0,96	1,40	-0,01	0,00
Carne bovina	-5,36	2,50	-0,13	-0,05
Carne suína	-8,37	0,17	-0,01	-0,01
Carnes e peixes industrializados	-0,21	1,35	0,00	0,00
Condimentos	0,39	0,76	0,00	0,00
Doces e chocolates	0,90	0,53	0,00	0,00
Frutas	-2,05	3,14	-0,06	-0,02
Hortaliças	19,76	3,84	0,76	0,27
Laticínios	-0,68	3,19	-0,02	-0,01
Massas e farinhas	-0,95	0,72	-0,01	0,00
Óleos e gorduras	1,48	0,74	0,01	0,00
Outros gêneros alimentícios	0,28	0,20	0,00	0,00
Panificados	0,05	2,33	0,00	0,00
Pescado	6,58	0,90	0,06	0,02
Enlatados e conservas	1,30	0,46	0,01	0,00
Alimentação fora	1,28	3,76	0,05	0,02
Bebidas alcoólicas e fumo	4,29	2,20	0,09	0,03

Iabag — fevereiro de 1995

Em fevereiro a alta do Iabag foi de 0,52%, o que representa praticamente repetição do resultado de janeiro, quando se registrou 0,50%. Os produtos pertencentes ao IPA-DI, com variação negativa de 0,14%, exerceram influência de -18,41%, correspondente a menos 0,10 ponto, enquanto os componentes do IPC, com elevação de 2%, participavam com 0,62 ponto de percentagem. No grupo alimentação do IPA (IPA-ALI) foi registrada estabilidade, e a contribuição de matérias-primas brutas, com queda de 0,31%, foi de -0,10 ponto. No âmbito do IPC, alimentação, com aumento de 1,82%, foi responsável por 0,53 ponto, e bebidas alcoólicas e fumo (4,29%) teve participação de 18,03% no índice, ou 0,09 ponto percentual.

Os itens de maior influência sobre o Iabag de fevereiro, conforme pode ser observado na tabela, foram, pelo lado do IPC, hortaliças, com a expressiva alta de 19,76% e, em sentido oposto, carne bovina (-5,36%) e aves e ovos (-5,52%), todos integrantes de gêneros alimentícios. Quanto ao IPA-matérias-primas brutas, cabe assinalar trigo, com menos 3,51%, e suínos (queda de 5,14%), enquanto cacau aumentou 10,08%.

Com referência aos produtos do grupo alimentação do IPA não constantes das tabelas, que somente apresentam o resultado agregado, destacamos aqueles de maior influência no mês de fevereiro: alface (alta de 48,92%), chuchu (84,40%), abacaxi (46,35%) e tomate (11,55%).

ABAG x IGP-DI

Nos últimos 12 meses, a variação acumulada do Iabag alcançou 600,08%, resultado que supera em 18,95% o do IGP-DI (504,48%). Essa diferença nos totais acumulados se formou entre julho e novembro do ano passado, quando as taxas correspondentes ao Iabag, que no primeiro semestre haviam se mantido próximas às do IGP-DI, tornaram-se bastante superiores. Em fevereiro de 1995 o IGP-DI teve elevação de 1,15%, enquanto a do Iabag ficou em 0,52%.

IPA-DI x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA-DI e o IPA-gêneros alimentícios, em termos do acumulado nos últimos 12 meses, observa-se que o IPA-ALI, com 675,29%, superou o IPA-DI (466,22%) pela significativa margem de 44,84%. Vale lembrar que, de agosto a novembro de 1994, o IPA-gêneros alimentícios atingiu alta acumulada de 47,4%, contra apenas 11,5% do IPA-DI. Em fevereiro de 1995, o IPA-DI teve alta de 0,58% e o IPA-ALI ficou estável.

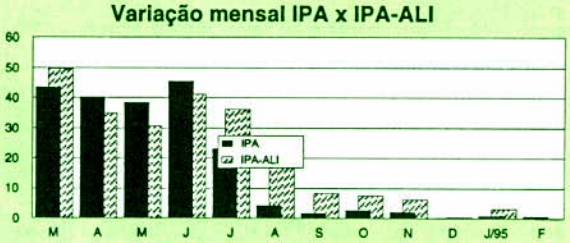
IPC x IPC-ALI

Enquanto a variação acumulada do IPC no período de 12 meses alcançava 584,51%, a do IPC-alimentação ficou em 603,64%. A distância entre ambas atingiu 3,27% em fevereiro. Neste mês a elevação do IPC foi de 1,97% e a do IPC-ALI de 1,82%.

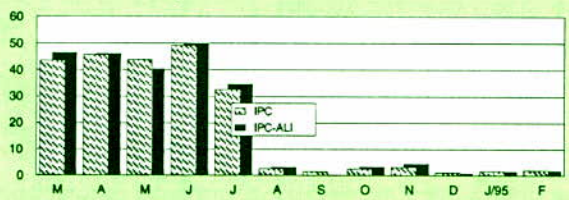
Variação mensal IGP-DI x Iabag



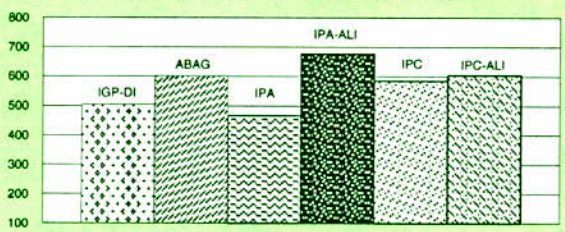
Variação mensal IPA x IPA-ALI



Variação mensal IPC x IPC-ALI



Variação acumulada — mar.94-fev.95



Iabag — estrutura

O Iabag é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC). Em termos de grandes grupos, os integrantes do IPA-DI classificam-se em alimentação e matérias-primas brutas, e os produtos e serviços do IPC, em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

RUBENS ABDELHAY

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Abacaxi	736	33	779	34	809	36	818	38	975	44
Algodão em caroço	1.821	1.895	2.076	1.830	1.885	1.878	1.135	1.060	1.363	1.184
arbóreo	38	512	39	345	22	284	8	137	17	121
herbáceo	1.783	1.383	2.038	1.484	1.863	1.594	1.127	922	1.346	1.063
Alho	71	17	85	19	78	17	87	17	85	18
Amendoim em casca	137	87	139	88	171	100	150	85	159	91
1ª safra	–	–	–	–	–	–	120	64	124	67
2ª safra	–	–	–	–	–	–	30	21	35	24
Arroz em casca	7.419	3.945	9.496	4.127	9.962	4.687	10.143	4.421	10.538	4.433
Aveia em grão	178	193	228	263	295	284	261	266	255	281
Banana	550	487	553	490	561	516	559	521	577	519
Batata-inglesa	2.219	158	2.265	161	2.421	172	2.360	162	2.440	170
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	92	1.330	97
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	54	793	58
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	15	317	15
Cacau	355	664	320	667	328	731	340	733	329	699
Café em coco	2.926	2.906	3.051	2.767	2.587	2.498	2.555	2.257	2.613	2.108
Cana-de-açúcar	262.605	4.271	260.839	4.211	271.432	4.201	244.303	3.863	290.211	4.347
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	62	689	127	627
Cebola	887	74	879	76	886	75	927	72	1.021	82
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	4	4
Cevada em grão	157	105	111	97	128	67	110	67	101	55
Coco-da-baía	734	214	849	228	879	236	823	228	902	233
Feijão em grão	2.219	4.680	2.749	5.443	2.795	5.142	2.480	3.886	3.333	5.470
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	2.324	1.638	2.928
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	854	1.356	1.401	2.317
3ª safra	–	–	–	–	228	–	283	207	294	224
Fumo em folha	444	272	413	286	577	343	657	372	536	338
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	7	2	7
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Laranja	87.531	910	94.512	981	98.286	987	93.855	799	87.231	896
Maçã	2.718	22	2.633	26	2.997	24	3.493	26	3.709	27
Malva (fibra)	19	21	12	13	19	16	17	11	16	10
Mamona	148	290	129	233	102	175	42	140	54	107
Mandioca	24.285	1.934	24.531	1.943	21.918	1.826	21.865	1.813	24.634	1.857
Milho em grão	21.341	11.389	23.739	13.110	30.557	13.389	30.004	11.868	32.394	13.755
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.739	10.747	30.069	12.333
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	1.121	2.325	1.422
Pimenta-do-reino	75	33	84	37	33	29	41	23	35	21
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	132	165
Soja em grão	19.888	11.481	14.938	9.618	19.185	9.436	22.558	10.627	24.963	11.523
Sorgo em grão	236	138	254	172	285	159	251	125	289	151
Tomate	2.255	61	2.339	61	2.133	52	2.340	53	2.703	62
Trigo em grão	3.093	2.681	2.921	1.995	2.796	1.958	2.153	1.462	2.182	1.368
Uva	786	57	618	57	799	60	786	60	805	59
Total	–	49.878	–	49.997	–	50.073	–	45.945	–	50.713

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
* Dados sujeitos a revisão.

A safra de 1995: perspectivas otimistas

Os números divulgados pelo IBGE em março confirmam as perspectivas otimistas para a safra a ser colhida ao longo do ano. A produção total de grãos — cereais, leguminosas e oleaginosas — deverá totalizar cerca de 78 milhões de toneladas —, mais 4% em relação à excelente safra de 1994.

É claro que esses números ainda podem sofrer alterações. A safra de inverno só será plantada a partir do 2º semestre e a do Nordeste se encontra em estágio inicial. O abastecimento está garantido e o comportamento dos preços nestes primeiros meses confirma as boas perspectivas.

Contudo, a agricultura poderá provocar outro tipo de problemas. A comercialização poderá ser tensa, se o mercado não se dispuser a carregar estoques devido aos juros elevados e à certeza de que o governo será obrigado a honrar a equivalência em produto. Há significativa defasagem entre os preços de mercado, deprimidos, e os preços mínimos.

Por outro lado, os agricultores que tiverem tomado recursos indexados à TR e sujeitos a taxas de juros livres poderão enfrentar dificuldades. Nunca é demais recordar que a produção agrícola está submetida a um ciclo que os economistas chamam de "teorema da teia de aranha". Safras abundantes tendem a deprimir os preços , que por sua vez determinam reduções no plantio da safra seguinte e subseqüente aumento nas cotações. O crescimento da demanda, na medida em que sustenta os preços, pode ser um antídoto para essa situação. A política de preços mínimos e de estocagem pode ser outra solução. Cada uma dessas alternativas está sujeita a custos e benefícios.

Para garantir a estabilidade da moeda é preciso estar atento à necessidade de equacionar todas essas questões.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1994	1995	Informantes	1994	1995
Abacaxi	76,55	33,39	34,39	78,49	764,98	758,59
Algodão em caroço						
arbóreo	100,00	121,10	113,19	100,00	16,90	20,09
herbáceo	98,99	1.052,24	1.187,99	99,75	1.343,12	1.614,69
Alho	1,10	0,19	0,18	0,61	0,52	0,58
Amendoim em casca						
1ª safra	100,00	66,86	67,64	100,00	124,31	124,33
2ª safra	81,70	19,72	19,72	86,55	29,89	29,98
Arroz em casca	95,29	4.223,67	4.117,16	96,78	10.198,67	10.866,84
Banana	69,49	360,44	365,07	69,85	402,80	408,69
Batata-inglesa						
1ª safra	100,00	97,01	97,61	100,00	1.330,29	1.391,34
2ª safra	71,96	41,91	43,00	67,61	535,97	584,01
Cacau	8,30	58,05	57,81	6,94	22,85	22,73
Café em coco	84,70	1.785,77	1.766,11	87,33	2.282,27	2.163,28
Cana-de-açúcar	97,54	4.239,00	4.316,52	98,06	284.579,61	291.640,30
Castanha de caju	100,00	627,21	637,51	100,00	126,83	179,07
Cebola	93,38	76,12	69,07	92,25	942,03	815,98
Coco-da-baía	48,36	112,44	112,91	45,55	410,79	413,14
Feijão em grão						
1ª safra	100,00	2.928,46	2.807,18	100,00	1.638,35	1.653,37
2ª safra	49,95	1.157,48	1.152,50	47,20	661,30	665,70
Fumo em folha	94,69	319,76	305,01	96,94	519,14	510,18
Guaraná	1,32	0,10	0,10	0,95	0,02	0,02
Laranja	88,03	788,84	774,76	88,66	77.337,94	76.609,91
Maçã	100,00	26,90	26,18	100,00	3.708,86	3.598,43
Mamona	100,00	106,55	78,91	100,00	54,38	53,47
Mandioca	67,20	1.247,98	1.387,22	67,99	16.749,58	18.660,72
Milho em grão						
1ª safra	97,39	12.011,98	12.234,67	98,73	29.685,93	31.459,15
2ª safra	24,20	344,00	600,00	30,53	710,00	1.200,00
Pimenta-do-reino	10,37	2,16	2,14	14,23	5,00	4,97
Sisal (sisal)	24,25	39,94	39,92	22,69	29,87	29,86
Soja em grão	100,00	11.523,39	11.532,28	100,00	24.962,53	25.067,74
Sorgo em grão	57,02	85,92	91,71	59,34	171,77	200,86
Tomate	86,95	53,87	53,69	90,41	2.444,01	2.380,11
Uva	96,76	57,56	57,12	93	748,91	753,71
Total		43.610,50	44.149,27			

Nota: As colunas "informantes" registram a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao respectivo total do Brasil. Última previsão (fevereiro de 1995).

Brasil — soja em grão

O suprimento interno em 1994/95 deverá repetir o recorde de 27,2 milhões de toneladas verificado na temporada 1993/94.

Anos-safra 1990/91 a 1994/95 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1990/91	803,1	15.394,9	281,8	14.019,8	1.926,9	533,1
1991/92	533,1	19.418,6	594,4	16.121,1	3.733,3	691,7
1992/93	691,7	23.042,0	10,0	18.289,0	4.166,1	1.287,9
1993/94	1.287,9	25.059,1	900,0	20.191,1	5.550,0	1.505,9
1994/95	1.505,9	25.533,4	200,0	20.737,0	4.900,0	1.602,3

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de fevereiro de 1995).
Obs.: Dados preliminares para 1993/94 e projeção para 1994/95; data-base: 1º de fevereiro.

Brasil — algodão em pluma

Embora 23% maior do que a precedente, a produção de 1995 suprirá menos de 70% do consumo interno.

Anos-safra 1991 a 1995 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1991	36,4	717,0	105,9	718,1	124,3	16,9
1992	16,9	667,1	167,8	741,6	33,8	76,4
1993	76,4	420,2	495,4	829,5	7,4	155,1
1994	155,1	483,1	380,0	850,0	7,4	160,8
1995	160,8	594,4	320,0	900,0	13,0	162,2

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de fevereiro de 1995).
Obs.: Dados preliminares para 1994 e projeção para 1995.

Brasil — arroz em casca

Importação em 1994/95 está projetada em nível 33% inferior ao da safra anterior.

Anos-safra 1990/91 a 1994/95 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1990/91	2.147,3	9.996,8	1.296,6	11.220,0	2,1	2.218,6
1991/92	2.218,6	10.102,8	732,3	11.332,2	2,2	1.719,3
1992/93	1.719,3	9.902,8	880,9	11.445,5	4,3	1.053,2
1993/94	1.053,2	10.520,3	1.350,0	11.560,0	2,2	1.361,3
1994/95	1.361,3	11.429,4	900,0	11.828,9	2,2	1.859,6

Fontes: Conab/Dipla, Cacex, BCSP, IBGE, importadores e agentes de mercado (estimativas de fevereiro de 1995).
Obs.: Dados preliminares para 1993/94 e projeção para 1994/95; data-base: 1º de março.

Brasil — feijão preto

Estoque final projetado para 1994/95 é o menor desde a safra 1989/90.

Anos-safra 1990/91 a 1994/95 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1990/91	18,3	402,9	47,3	422,1	0,0	46,4
1991/92	46,4	514,5	46,6	530,0	0,0	77,5
1992/93	77,5	483,7	39,3	530,0	0,0	70,5
1993/94	70,5	525,6	99,5	583,0	0,0	112,6
1994/95	112,6	459,0	60,0	591,7	0,0	39,9

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de fevereiro de 1995).
Obs.: Dados preliminares para 1993/94 e projeção para 1994/95.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	107,103	115,469	96,690	104,111	105,974
Jan. 93	0,383	0,494	0,263	0,408	0,390
Fev.	0,477	0,592	0,347	0,517	0,488
Mar.	0,577	0,708	0,427	0,663	0,603
Abr.	0,730	0,908	0,529	0,870	0,773
Maio	0,970	1,209	0,701	1,132	1,020
Jun.	1,277	1,569	0,943	1,470	1,337
Jul.	1,717	2,098	1,280	2,026	1,813
Ago.	2,371	2,886	1,777	2,852	2,520
Set.	3,234	3,975	2,388	3,808	3,412
Out.	4,306	5,332	3,138	4,799	4,459
Nov.	6,244	7,701	4,578	6,470	6,307
Dez.	8,935	11,109	6,471	8,927	8,913
Jan. 94	12,641	15,632	9,229	12,216	12,466
Fev.	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan. 95	107,853	133,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,90	110,41	101,21	107,54	107,19

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Mantém-se a tendência de preços declinantes para produtos da lavoura e da pecuária. As medidas de amparo à comercialização talvez consigam sustar o declínio.



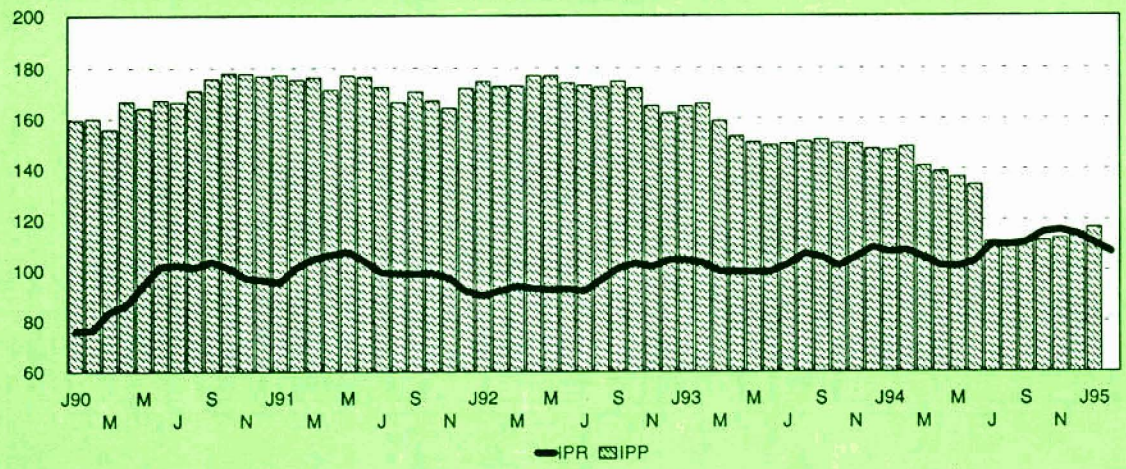
Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais
(base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003	0,004	0,004
1991	0,017	0,020	0,018	0,017	0,013	0,020	0,018
1992	0,177	0,209	0,201	0,223	0,188	0,180	0,196
1993	3,584	3,765	3,916	4,157	4,010	3,705	3,829
1994	122,598	120,919	121,782	123,158	121,612	130,057	123,403
Jan. 93	0,571	0,643	0,616	0,710	0,539	0,624	0,617
Fev.	0,710	0,798	0,796	0,893	0,765	0,774	0,786
Mar.	0,837	0,969	0,987	1,137	0,905	0,982	0,963
Abr.	1,073	1,197	1,256	1,331	1,162	1,156	1,187
Maio	1,364	1,498	1,617	1,620	1,482	1,741	1,548
Jun.	1,857	1,910	2,136	2,189	2,062	2,031	2,007
Jul.	2,524	2,577	2,794	2,740	2,802	2,644	2,660
Ago.	3,411	3,494	3,668	3,907	3,792	3,349	3,571
Set.	4,615	4,761	4,972	5,253	5,113	4,949	4,913
Out.	6,152	6,449	6,650	7,161	6,943	6,404	6,582
Nov.	8,358	8,905	9,219	9,823	9,497	8,620	9,006
Dez.	11,533	11,981	12,275	13,122	13,053	11,182	12,103
Jan. 94	16,417	16,707	16,680	18,305	17,726	17,368	17,146
Fev.	24,387	24,387	24,562	25,332	24,634	24,710	24,626
Mar.	35,352	33,306	34,265	33,999	33,072	33,515	33,826
Abr.	49,184	45,979	48,026	48,162	47,570	46,985	47,426
Maio	67,446	66,388	68,037	63,333	64,876	64,852	65,812
Jun.	93,932	96,199	97,448	89,323	98,184	90,327	94,289
Jul.	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,400	106,988	100,000	149,653	111,988
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	112,025	115,412

O IPP registra no início de 1995 reversão de sua tendência declinante, configurando uma reversão da relação de trocas.

Brasil — relação de trocas

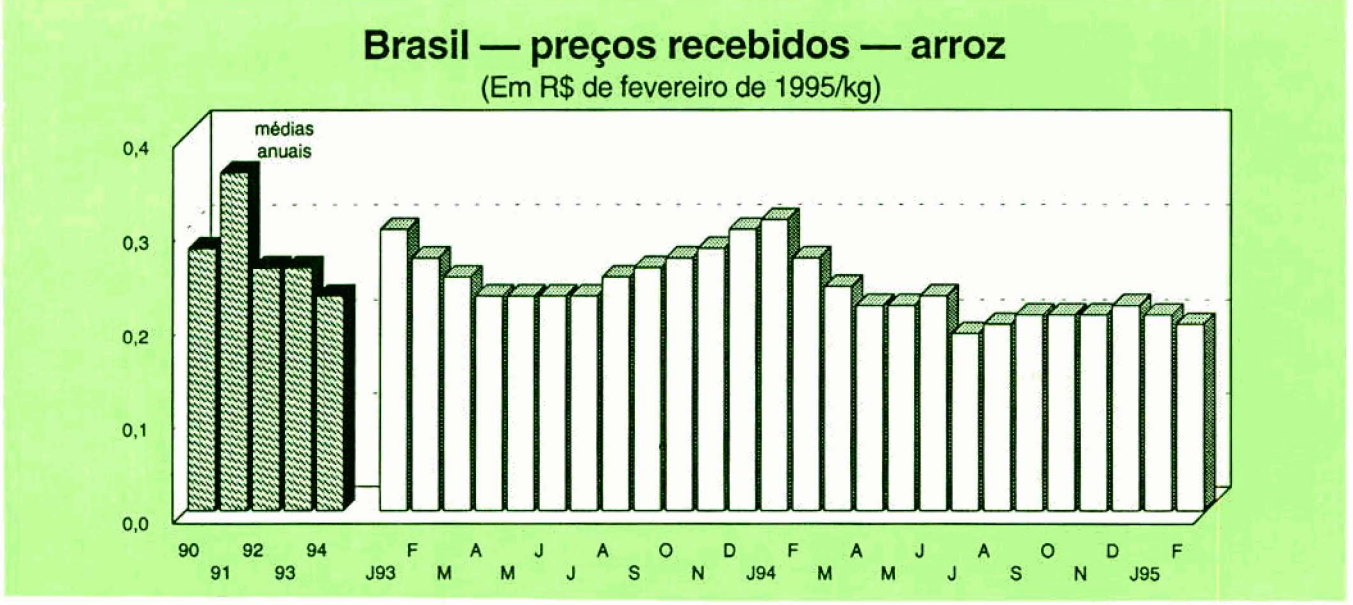
IPR lavouras/IPP



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em carroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,54	0,47	0,28	0,37	0,42	18,03	0,72	15,67
1991	0,56	0,55	0,36	0,37	0,45	20,42	0,68	16,74
1992	0,49	0,38	0,26	0,27	0,29	20,23	0,59	17,38
1993	0,55	0,49	0,26	0,29	0,32	17,87	0,74	15,52
1994	0,51	0,39	0,23	0,33	0,45	17,13	1,17	14,57
Jan. 93	0,60	0,34	0,30	0,25	0,33	16,73	0,86	13,88
Fev.	0,64	0,31	0,27	0,27	0,27	17,02	0,74	16,38
Mar.	0,66	0,41	0,25	0,27	0,27	15,83	0,74	15,30
Abr.	0,58	0,48	0,23	0,28	0,28	16,69	0,62	15,38
Maio	0,55	0,52	0,23	0,28	0,46	15,86	0,62	14,73
Jun.	0,54	0,51	0,23	0,30	0,57	14,82	0,64	15,36
Jul.	0,52	0,48	0,23	0,33	0,44	17,44	0,71	15,53
Ago.	0,52	0,56	0,25	0,35	0,35	16,56	0,82	15,97
Set.	0,51	0,63	0,26	0,33	0,22	20,09	0,81	15,38
Out.	0,48	0,59	0,27	0,29	0,17	19,16	0,77	15,82
Nov.	0,50	0,53	0,28	0,25	0,23	21,15	0,79	16,29
Dez.	0,50	0,49	0,30	0,25	0,27	23,12	0,80	16,25
Jan. 94	0,51	0,42	0,31	0,26	0,32	19,53	0,77	16,07
Fev.	0,56	0,37	0,27	0,28	0,48	19,36	0,86	17,42
Mar.	0,58	0,38	0,24	0,31	0,48	19,49	0,85	16,29
Abr.	0,59	0,35	0,22	0,31	0,61	18,46	0,91	16,70
Maio	0,61	0,37	0,22	0,32	0,52	20,75	1,17	16,53
Jun.	0,58	0,39	0,23	0,34	0,38	21,82	1,32	16,45
Jul.	0,47	0,35	0,19	0,30	0,35	16,69	1,57	13,20
Ago.	0,44	0,36	0,20	0,34	0,37	15,97	1,43	12,79
Set.	0,43	0,37	0,21	0,35	0,53	14,45	1,46	12,64
Out.	0,43	0,44	0,21	0,36	0,51	13,09	1,37	12,52
Nov.	0,43	0,45	0,21	0,37	0,46	13,12	1,23	12,06
Dez.	0,43	0,44	0,22	0,38	0,40	12,86	1,08	12,13
Jan. 95	0,43	0,41	0,21	0,40	0,40	13,65	1,01	11,78
Fev.	0,43	0,38	0,20	0,39	0,38	14,10	1,04	11,70

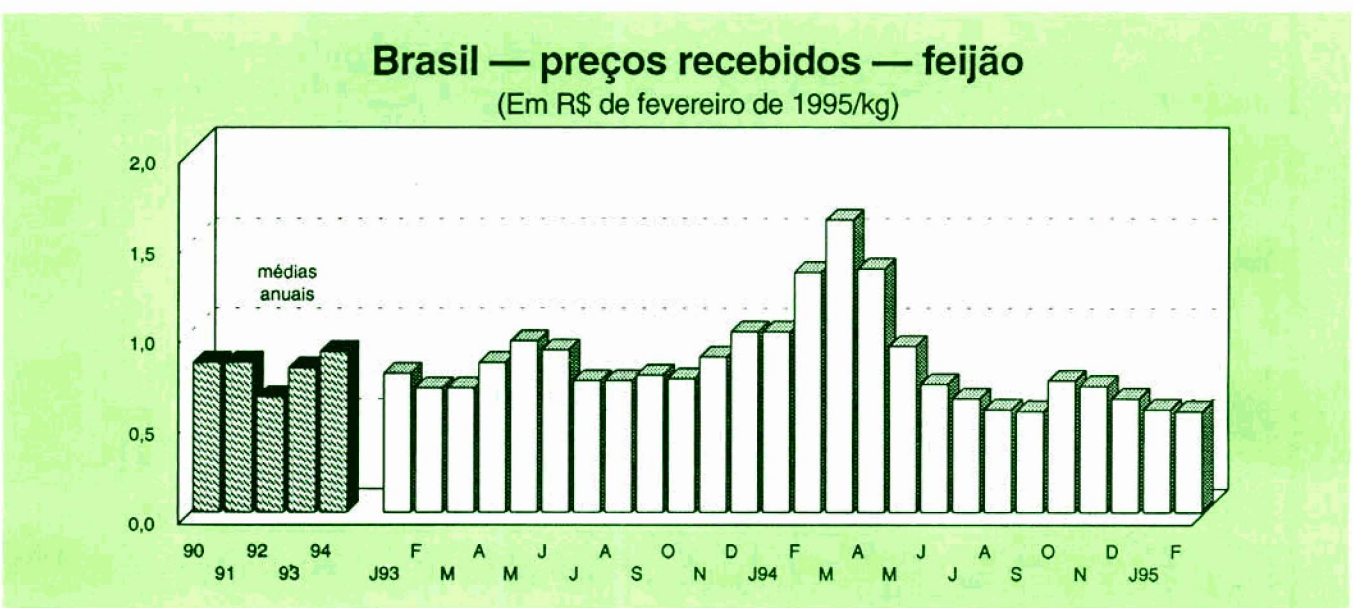
A entrada da safra determina queda das cotações do arroz. Boa notícia para os consumidores. Problema para os orizicultores endividados.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de fevereiro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,83	1,85	3,84	0,19	55,70	0,22	0,50	0,18
1991	0,83	1,92	2,96	0,20	66,71	0,28	0,43	0,18
1992	0,64	2,66	2,91	0,18	75,41	0,29	0,40	0,21
1993	0,80	2,38	2,30	0,18	74,83	0,28	0,38	0,20
1994	0,89	1,86	2,82	0,14	48,82	0,23	0,43	0,15
Jan. 93	0,77	2,46	2,38	0,21	87,11	0,30	0,33	0,21
Fev.	0,69	2,52	2,89	0,19	87,21	0,30	0,44	0,21
Mar.	0,69	2,40	2,70	0,16	86,85	0,27	0,41	0,21
Abr.	0,83	2,47	2,47	0,17	86,15	0,25	0,51	0,20
Maio	0,95	2,43	2,31	0,17	78,19	0,25	0,40	0,21
Jun.	0,90	2,39	1,89	0,16	77,00	0,25	0,50	0,21
Jul.	0,73	2,42	1,71	0,17	72,64	0,30	0,39	0,20
Ago.	0,73	2,27	1,83	0,18	62,26	0,31	0,32	0,20
Set.	0,76	2,25	1,96	0,19	63,24	0,29	0,25	0,18
Out.	0,74	2,29	1,98	0,19	66,01	0,28	0,26	0,18
Nov.	0,86	2,27	2,56	0,20	65,33	0,29	0,30	0,17
Dez.	1,00	2,41	2,96	0,21	65,93	0,30	0,43	0,18
Jan. 94	1,00	2,14	3,57	0,20	64,67	0,30	0,53	0,17
Fev.	1,33	2,13	3,67	0,17	71,04	0,30	0,44	0,17
Mar.	1,62	2,05	3,26	0,15	59,82	0,27	0,44	0,15
Abr.	1,35	1,99	3,08	0,15	49,71	0,25	0,40	0,15
Maio	0,92	2,13	2,53	0,15	42,73	0,25	0,31	0,16
Jun.	0,71	2,17	2,44	0,14	41,03	0,26	0,24	0,16
Jul.	0,63	1,72	2,14	0,13	31,84	0,19	0,23	0,14
Ago.	0,57	1,66	2,10	0,12	40,82	0,19	0,39	0,13
Set.	0,56	1,60	2,36	0,12	41,94	0,18	0,64	0,13
Out.	0,73	1,56	2,62	0,13	41,52	0,18	0,64	0,14
Nov.	0,70	1,58	2,88	0,13	49,01	0,18	0,49	0,13
Dez.	0,63	1,57	3,17	0,13	51,73	0,17	0,40	0,14
Jan. 95	0,57	1,61	3,43	0,12	58,57	0,17	0,27	0,14
Fev.	0,56	1,60	2,88	0,11	60,69	0,17	0,36	0,14

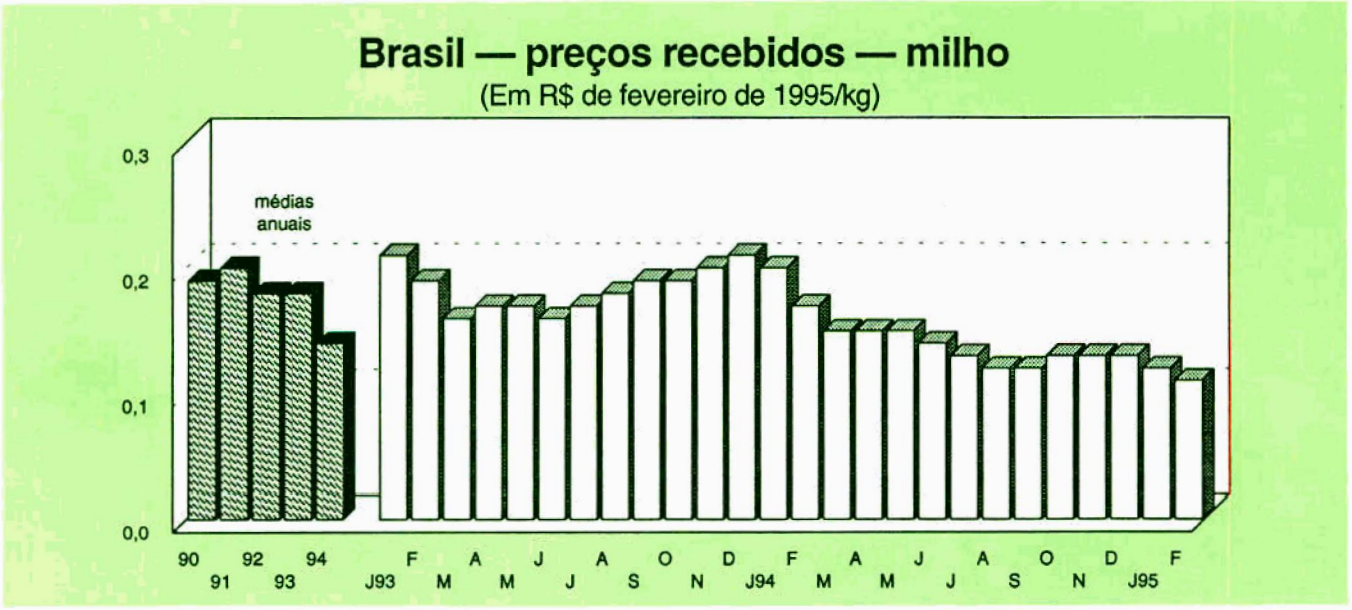
Preços da leguminosa se mantêm constantes.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,73	0,27	1,29	0,19	0,35	177,76	36,22	872,10
1991	0,43	0,22	1,07	0,19	0,30	157,47	33,38	703,27
1992	0,45	0,24	0,88	0,18	0,26	143,51	31,85	601,89
1993	0,46	0,27	0,95	0,19	0,22	154,67	33,76	642,35
1994	0,33	0,25	1,35	0,21	0,11	159,87	29,59	715,63
Jan. 93	0,56	0,21	0,87	0,21	0,65	160,59	35,66	631,92
Fev.	0,54	0,22	0,90	0,20	0,52	163,33	33,46	644,98
Mar.	0,59	0,21	0,81	0,19	0,48	160,47	32,43	622,96
Abr.	0,67	0,23	0,70	0,20	0,49	162,01	32,73	620,42
Maio	0,71	0,28	0,74	0,19	0,50	157,30	30,98	643,60
Jun.	0,65	0,35	0,78	0,21	0,00	148,43	29,30	641,22
Jul.	0,48	0,31	0,89	0,19	0,00	144,36	31,21	630,60
Ago.	0,50	0,28	0,86	0,17	0,00	152,15	37,62	655,21
Set.	0,32	0,28	1,23	0,16	0,00	157,03	37,52	660,37
Out.	0,18	0,32	1,22	0,16	0,00	149,17	34,85	657,67
Nov.	0,20	0,29	1,35	0,19	0,00	151,26	34,56	655,60
Dez.	0,15	0,25	1,01	0,18	0,00	149,99	34,75	643,61
Jan. 94	0,17	0,26	0,96	0,18	0,38	155,22	34,18	648,61
Fev.	0,34	0,28	0,91	0,21	0,35	154,69	31,49	627,48
Mar.	0,38	0,32	0,95	0,25	0,31	156,95	31,71	620,06
Abr.	0,33	0,32	1,42	0,26	0,32	158,39	31,01	638,80
Maio	0,39	0,29	1,71	0,25	0,00	159,74	27,54	685,76
Jun.	0,31	0,27	1,26	0,21	0,00	176,41	33,36	766,16
Jul.	0,33	0,19	1,40	0,16	0,00	148,95	25,11	664,04
Ago.	0,30	0,20	1,49	0,14	0,00	156,24	25,86	704,20
Set.	0,28	0,21	1,46	0,17	0,00	158,41	25,58	736,91
Out.	0,37	0,21	1,57	0,20	0,00	165,80	29,38	794,39
Nov.	0,35	0,21	1,60	0,22	0,00	165,18	30,92	831,18
Dez.	0,37	0,22	1,53	0,22	0,00	162,50	28,93	869,97
Jan. 95	0,36	0,22	1,42	0,21	0,53	153,98	25,51	822,77
Fev.	0,41	0,22	1,46	0,23	0,38	153,04	24,71	812,90

A boa safra contribui para a manutenção do declínio dos preços do milho.

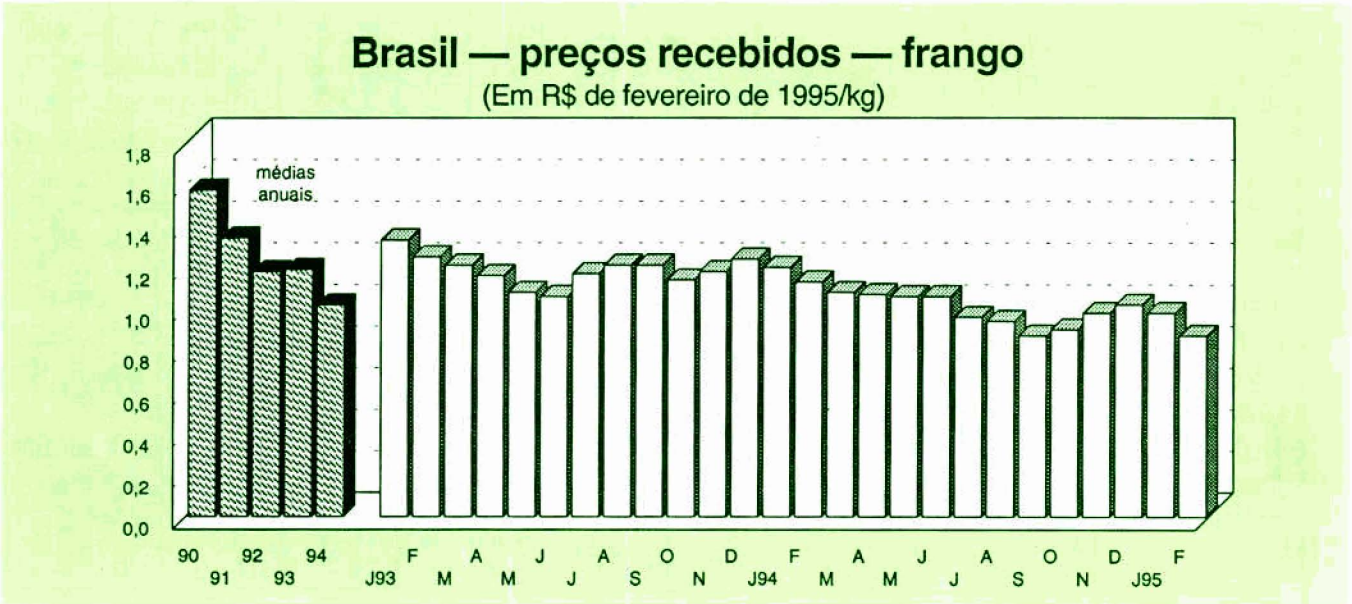


Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	535,12	21,65	1,57	0,37	32,39	0,97	3,64	332,93
1991	439,72	20,71	1,34	0,34	19,12	0,85	4,27	287,83
1992	375,35	17,94	1,18	0,32	30,29	0,83	2,75	268,01
1993	399,58	20,05	1,19	0,34	25,16	0,93	2,86	280,96
1994	435,38	16,57	1,02	0,27	26,67	0,78	2,96	282,24
Jan. 93	397,40	22,59	1,33	0,27	34,76	0,84	2,62	292,77
Fev.	404,69	21,83	1,25	0,29	31,58	0,97	2,71	293,22
Mar.	395,63	20,08	1,21	0,31	29,07	1,07	2,60	281,44
Abr.	392,46	19,06	1,16	0,35	26,26	1,09	2,58	274,99
Maio	396,59	18,38	1,08	0,38	22,70	1,01	2,78	266,52
Jun.	387,48	19,35	1,06	0,38	20,24	1,04	2,83	257,47
Jul.	381,26	19,99	1,17	0,39	20,16	1,00	2,99	260,83
Ago.	406,11	19,72	1,21	0,37	24,00	0,96	3,15	282,64
Set.	410,68	19,57	1,21	0,35	24,56	0,86	3,09	297,45
Out.	406,70	18,95	1,14	0,32	22,53	0,78	2,95	291,75
Nov.	410,70	19,56	1,18	0,31	23,35	0,72	3,05	281,71
Dez.	405,31	21,52	1,24	0,29	22,74	0,76	2,97	290,73
Jan. 94	407,42	18,95	1,20	0,28	25,55	0,78	2,83	285,73
Fev.	401,75	17,11	1,13	0,27	23,79	0,81	2,61	278,68
Mar.	394,30	17,02	1,08	0,26	24,40	0,85	2,65	286,27
Abr.	394,62	15,53	1,07	0,26	25,98	0,86	2,69	289,27
Maio	428,12	15,44	1,06	0,29	27,05	0,86	2,93	270,93
Jun.	461,84	17,13	1,06	0,29	27,50	0,88	3,13	306,62
Jul.	397,97	14,83	0,96	0,26	25,17	0,83	2,79	259,25
Ago.	433,52	14,81	0,94	0,26	24,91	0,80	2,94	268,47
Set.	444,55	15,74	0,87	0,27	26,97	0,73	3,01	271,16
Out.	471,88	16,74	0,90	0,26	29,89	0,64	3,19	284,84
Nov.	485,80	17,33	0,98	0,27	28,87	0,67	3,27	294,96
Dez.	502,84	18,27	1,02	0,27	29,93	0,68	3,51	290,72
Jan. 95	470,34	17,81	0,98	0,27	31,63	0,69	4,02	267,66
Fev.	458,31	16,51	0,87	0,26	30,11	0,65	4,18	267,33

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV. [1] Lavouras amparadas pela política de garantia de preços mínimos.

Os preços baixos do frango são compensados pela redução no custo de seu principal insumo.



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

As previsões do mercado foram realizadas no dia 21 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1995.

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1994	Fevereiro 1995	1 a 20 Março 1995	14 a 20 Março 1995	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Açúcar raw US¢/lb-peso	10,95	14,33	14,19	14,52	14,19		14,15	13,38				12,94					↗	A oferta mundial continua crítica. Cuba e a ex-URSS apresentam problemas de produção ante a crescente demanda.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	77,02	94,78	107,17	107,89			107,17		102,51			84,32		77,89			→	A tendência é de manutenção dos elevados níveis das cotações em função do quadro mundial de escassez do produto.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.180,73	1.371,94	1.392,64	1.354,60			1.392,64		1.411,29		1.427,64			1.448,36			↗	Cotações continuam pressionadas pela redução na estimativa de produção da Costa do Marfim e por problemas na produção baiana (seca e vassouras-de-bruxa).
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	80,53	162,87	179,28	174,00	179,28		179,50		180,60		181,45			180,56			↗	— Países produtores articulam novo plano de retenção das exportações. — Persiste a seca na Colômbia e em áreas do Espírito Santo.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros											Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1994	Fevereiro 1995	1 a 20 Março 1995	14 a 20 Março 1995	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	
Milho two yellow US¢/ bushel	284,55	233,50	245,14	247,10			245,14		251,14		255,66			259,50			↗	**E**levadas perdas na safra argentina e provável crescimento extra no consumo mundial.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	684,13	554,10	565,98	575,65	565,98		576,09		586,29	590,39	592,61		600,16				↘	**C**onfirmaram-se as previsões de grande safra sul-americana (mais de 40 milhões de toneladas).
Soja-farelo US$/ tonelada	194,50	154,49	157,64	163,14	154,14		161,45		165,99	167,92	169,88	170,67		174,88			↘	**A** produção de 1994/95 será de 84,9 milhões de toneladas e a de 1993/94 somou 79,6 milhões.
Trigo soft red US¢/ bushel	337,11	367,87	352,20	350,05	352,20		348,23		332,46		337,43			348,52			↗	**A** quebra da safra de importantes produtores reduziu a produção mundial em 6%.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	111,30	103,43	98,53	103,06	98,53		102,44		106,39		110,02		109,67		111,25		→	**D**efinitivo afastamento do risco de geadas nos pomares da Flórida.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para fevereiro de 1995. Os valores de março são nominais.

Produtos / Preços	Março 1994	Fevereiro 1995	1 a 20 Março 1995	14 a 20 Março 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	34,72	24,58	24,81	25,22	→	Apesar da entrada da safra, as cotações continuam pressionadas pelo déficit interno, no balanço de oferta e demanda, e pelos altos preços atingidos no mercado internacional.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	33,74	25,64	25,40	25,25	→	A safra é cheia mas a mudança na política cambial e a determinação do governo de que as importações têm que ser pagas somente à vista devem ajudar a equilibrar o mercado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	119,69	154,01	172,41	170,98	↗	— Cresce a procura de café no atacado. — O governo deve liberar, finalmente, recursos para a recuperação de áreas atingidas pelas secas.
Boi gordo R$/arroba	35,89	25,76	24,62	24,00	↘	Oferta folgada e consumo retraído.

Fontes dos dados brutos: Algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

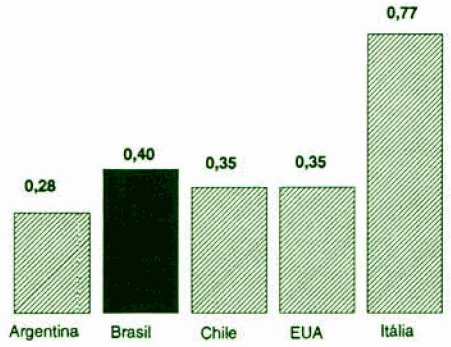
Produtos / Preços	Março 1994	Fevereiro 1995	1 a 20 Março 1995	14 a 20 Março 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	133,48	33,58	32,58	31,50	→	O mercado está abastecido mas o final do período de férias pode estimular as compras do varejo.
Frango vivo R$/kg	0,92	0,67	0,61	0,61	↘	Baixos preços dos grãos para arraçoamento e larga oferta da ave.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	11,14	7,53	6,96	6,81	↘	Safra recorde e amplos estoques.
Soja-grão industrial R$/60kg	17,10	12,39	9,65	9,39	↘	A nova safra vem surpreendendo por seu desempenho e já há estimativas de que supere 26 milhões de toneladas.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Comparativo internacional de preços — insumos industriais

Óleo diesel

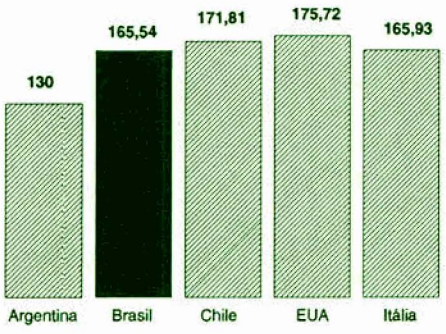
(US$/l — inclui impostos)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	0,28	0,28	0,28	0,28
Brasil	0,40	0,40	0,40	0,40
Chile	0,34	0,35	0,36	0,35
EUA	0,35	0,35	0,35	0,35
Itália	0,79	0,76	0,77	0,77

Óleo combustível

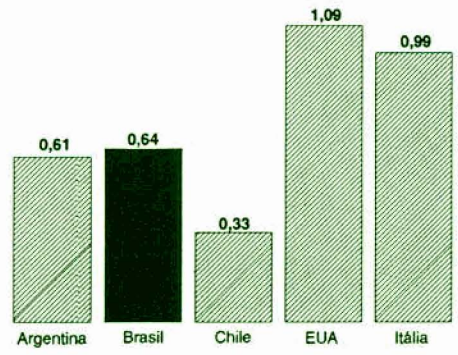
(US$/t — inclui impostos)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	130,00	130,00	n/d	130,00
Brasil	167,50	163,60	165,53	165,54
Chile	168,48	175,42	171,53	171,81
EUA	n/d	176,01	175,42	175,72
Itália	174,48	169,63	153,68	165,93

Gasolina comum

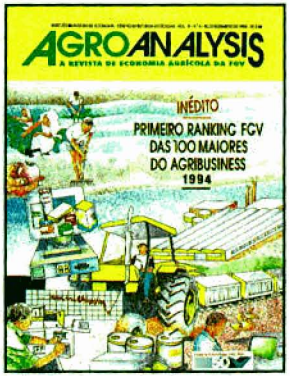
(US$/t — inclui impostos)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	0,61	0,61	0,61	0,61
Brasil	0,64	0,63	0,64	0,64
Chile	0,33	0,34	0,33	0,33
EUA	1,10	1,07	1,09	1,09
Itália	1,00	0,98	0,98	0,99

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... /..... Assinatura .....

Cartão de Crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

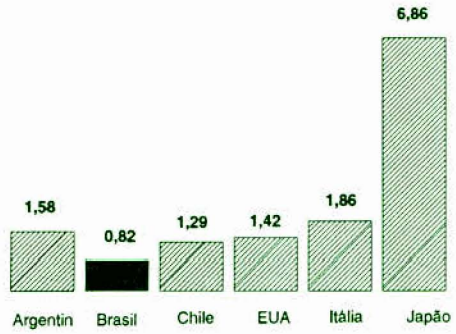
AGROANALYSIS

Central de Atendimento ao Assinante – Tel: (021) 536-9196 – Fax: (021) 551-0948

Comparativo internacional de preços — preços ao consumidor

Arroz

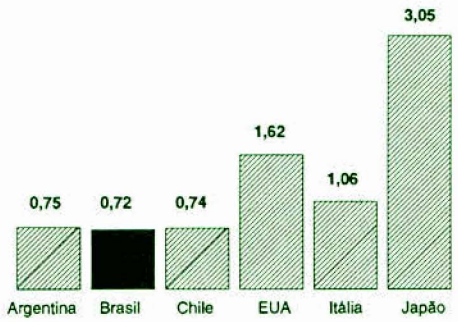
(US$/kg)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	1,55	1,58	1,61	1,58
Brasil	0,81	0,83	0,82	0,82
Chile	1,34	1,38	1,14	1,29
EUA	1,44	1,44	1,37	1,42
Itália	1,89	1,83	1,86	1,86
Japão	6,94	6,80	6,83	6,86

Açúcar refinado

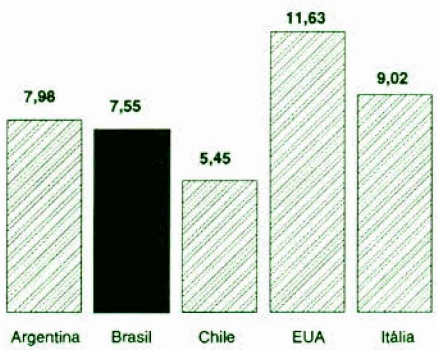
(US$/kg)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	0,74	0,74	0,76	0,75
Brasil	0,70	0,77	0,68	0,72
Chile	0,70	0,76	0,75	0,74
EUA	1,62	1,62	1,62	1,62
Itália	1,03	1,07	1,09	1,06
Japão	3,06	2,99	3,11	3,05

Café torrado

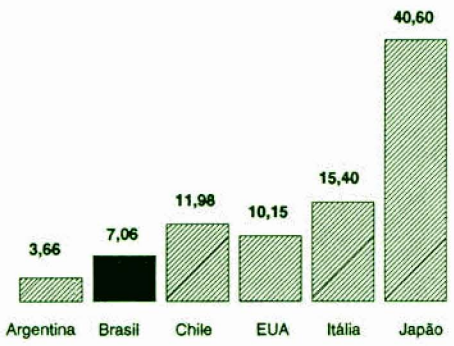
(US$/kg)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	7,98	7,98	7,98	7,98
Brasil	7,88	7,67	7,11	7,55
Chile	5,45	n/d	n/d	5,45
EUA	11,63	n/d	n/d	11,63
Itália	9,15	8,90	9,00	9,02

Carne bovina

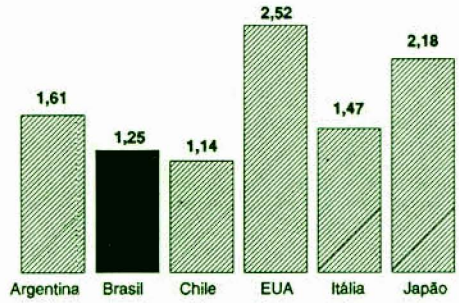
(US$/kg)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	3,68	3,61	3,65	3,66
Brasil	7,02	7,21	6,94	7,06
Chile	11,80	12,14	12,00	11,98
EUA	9,71	10,30	10,45	10,15
Itália	15,46	15,28	15,46	15,40
Japão	40,75	39,92	41,14	40,60

Ovos grandes

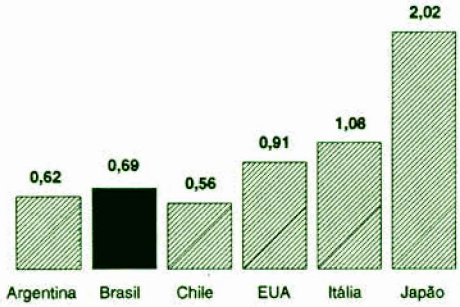
(US$/dúzia)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	1,61	1,61	1,61	1,61
Brasil	1,25	1,22	1,29	1,25
Chile	1,02	1,05	1,35	1,14
EUA	2,45	2,62	2,50	2,52
Itália	1,49	1,45	1,47	1,47
Japão	2,20	2,16	2,17	2,18

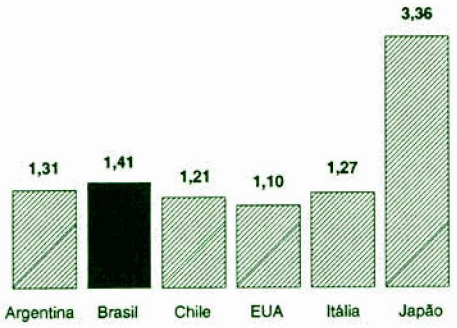
Leite fluido

(US$/l)



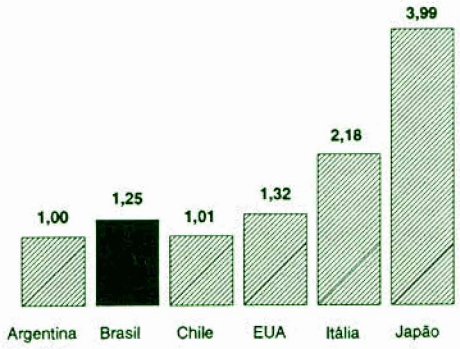
	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	0,61	0,63	0,63	0,62
Brasil	0,63	0,72	0,73	0,69
Chile	0,53	0,58	0,58	0,56
EUA	0,89	0,95	0,89	0,91
Itália	1,05	1,09	1,10	1,08
Japão	2,04	2,00	2,01	2,02

Manteiga
(US$/200g)



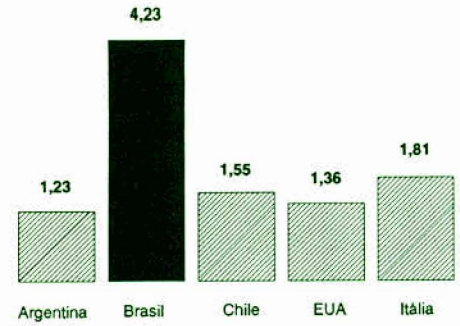
	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	1,32	1,32	1,31	1,31
Brasil	1,43	1,34	1,45	1,41
Chile	1,26	1,19	1,18	1,21
EUA	1,14	1,08	1,08	1,10
Itália	1,28	1,26	1,27	1,27
Japão	3,40	3,33	3,35	3,36

Pão
(US$/kg)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	1,00	1,00	1,00	1,00
Brasil	1,19	1,16	1,41	1,25
Chile	0,96	1,04	1,03	1,01
EUA	1,47	1,29	1,20	1,32
Itália	2,21	2,15	2,17	2,18
Japão	4,04	3,96	3,98	3,99

Vinho de mesa
(US$/t)



	Nov.	Dez.	Jan.	Média
Argentina	1,22	1,23	1,24	1,23
Brasil	4,74	3,95	4,00	4,23
Chile	1,44	1,61	1,59	1,55
EUA	1,36	1,36	1,36	1,36
Itália	1,80	1,81	1,83	1,81

Nota: Os dados reproduzidos foram gentilmente cedidos pelo Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana da Fundación Mediterránea.

Fonte: *Novedades Económicas*, IEERAL; Depto. de Informática, Estatísticas e Censos, Subsecretaria de Planejamento da Província de Córdoba, Argentina; Somisa; Sinco; Pasa Petroquímica; Irmãos Ramos; Adimra; Casa Petrini; Alvar; Diário *La Voz del Interior*; *International PetroleumTimes*; Preços ao Produtor e Índices de Preços dos EUA, Escritório de Estatísticas do Trabalho do US Department of Labor; *Metal Bulletin*; Monthly Statistics of Japan; Ministério da Fazenda do Brasil; Cosipa; Cenelat (Central de Negócios Laticínios); *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*; *Correio Popular*; *Gazeta Mercantil*; Listino Prezzi all'ingrosso di Milano; Câmara de Comércio de Milão; Il Sole 24 ore; *L'Auto Journal*; Instituto Nacional de Estatísticas do Chile; Câmara Chilena da Construção; Compañia de Acero del Pacífico; Mil Autos.

Comercialização da safra

Duas normas recentemente editadas ditam os parâmetros de financiamento da comercialização da safra de verão. Uma delas prolonga o prazo dos financiamentos, de 120 dias para até 31 de janeiro de 1996. Mas o agricultor é obrigado, por cláusula do contrato de financiamento, a permitir a venda do produto após aqueles 120 dias, a critério do financiador. No caso de empréstimo de governo federal (EGF) sem opção de venda, a resolução permite o estabelecimento de amortizações intermediárias. Ao tempo em que estes itens parecem indicar o propósito de desconcentrar o período de liquidação dos empréstimos e dinamizar a volta ao mercado da safra financiada, continua a possibilidade de transformar os empréstimos não liquidados até 31 de janeiro de 1996 em EGF especial (com prazo de mais um ano). Volta o EGF para a indústria, que no caso da soja do Centro-Oeste poderá ser feito com opção de venda.

Outra resolução faculta a captação de recursos externos para financiamento de custeio, investimento e comercialização da produção agropecuária, permitindo um aumento na disponibilidade de crédito a custos mais baixos. Resta saber se, no atual contexto do mercado financeiro internacional, o dinheiro chegará a tempo e a hora. A seguir, a íntegra das duas medidas.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

RESOLUÇÃO Nº 2.146, de 2 de março de 1995, do Banco Central do Brasil (DOU: 3-3-1995)

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31-12-1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22-2-1995, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da citada Lei nº 4.595, e dos art. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5-11-1965, resolveu:

Art. 1º Aprovar a concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF) para produtos da safra de verão 1994/95, observadas as seguintes condições especiais:

I — beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas e associações, beneficiadores, indústrias e exportadores, observando-se que:

a) no caso de beneficiadores, indústrias e exportadores serão concedidos EGF somente na modalidade EGF/SOV, ressalvada a hipótese prevista na alínea seguinte;

b) as indústrias e exportadores podem realizar EGF/COV de soja depositada na região Centro-Oeste, ficando estabelecido que os recursos liberados devem ser destinados exclusivamente ao pagamento de operações de crédito de custeio rural com equivalência em produto, de responsabilidade de produtores ou cooperativas;

II — remuneração: os EGF estão sujeitos às remunerações vigentes para o crédito rural, ficando estabelecido ainda que:

a) os encargos financeiros das operações realizadas para absorção através de AGF ficam limitados aos previstos para o crédito rural com recursos da exigibilidade (MCR 6-2), assegurando-se as operações com equivalência em produto àqueles pactuados no financiamento de custeio;

b) aplicam-se às operações com beneficiadores, indústrias e exportadores os mesmos encargos financeiros incidentes nos créditos concedidos aos "demais produtores";

III — prazos de amortização:

a) EGF/SOV: até 31-1-1996, podendo ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério do financiador;

b) EGF/COV: vencimento em 31-1-1996, devendo o instrumento de crédito conter cláusula em que o mutuário autorize o financiador, após decorridos 120 (cento e vinte) dias da contratação do EGF/COV, a adotar as seguintes medidas visando assegurar a liquidação do empréstimo em caso de venda do estoque vinculado, ou a amortização de parcela de dívida correspondente à quantidade do produto vendido:

1. aquisição por intermédio da política de garantia de preços mínimos (PGPM);

2. vendas via prêmio de liquidação de EGF, conforme a Lei nº 8.427, de 27-5-1992;

3. vendas por intermédio do financiador, ouvido o Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento (GEIA);

4. a adoção dessas medidas deve resultar na liquidação do débito, se vendido todo o estoque vinculado ao EGF/COV, ou na amortização de parcela de dívida correspondente ao volume vendido;

IV — EGF especial: os financiamentos de EGF/COV não liquidados até o vencimento devem ser transformados em EGF especial, com vencimento automaticamente prorrogado por mais 1 (um) ano, a contar do vencimento original do empréstimo, atendidas as seguintes condições:

a) os saldos devedores objeto da transformação devem ser transferidos para rubricas contábeis específicas;

b) seja facultado ao mutuário liquidar o financiamento do produto ainda vinculado ao EGF especial, pelo saldo da conta gráfica;

c) as tarifas de armazenagem e sobretaxa incidentes sobre os estoques vinculados a EGF especial, após 45 (quarenta e cinco) dias do vencimento original do EGF, serão divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esgotados os meios de regularização das perdas quantitativas e qualitativas apuradas, inclusive judiciais, fique assegurado ao agente financeiro o ressarcimento dos valores não indenizados pelo armazenador em decorrência da sobretaxa fixada;

V — remuneração de armazenagem e sobretaxa:

a) as despesas de armazenagem e de sobretaxa devem ser levadas a débito da conta gráfica do EGF cujo produto esteja depositado em armazém administrado pelo próprio mutuário, de acordo com as tabelas constantes do contrato de armazenagem e de prestação de serviço com a Conab ou com o Banco do Brasil S.A., conforme o caso;

b) a sobretaxa paga aos armazenadores deve ser calculada com base no saldo da conta gráfica do EGF até 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento original do empréstimo. Decorrido esse prazo e havendo prorrogação do vencimento da operação, a sobretaxa incidente sobre os estoques vinculados ao empréstimo passa a ser aquela divulgada pela Conab;

VI — armazenamento: a concessão de EGF/COV fica condicionada à utilização de armazéns credenciados e que tiverem firmado contrato de depósito e de prestação de serviços correlatos com a Conab, sendo assegurada a AGF indireta de produtos depositados em armazéns descredenciados, desde que o EGF correspondente tenha sido realizado no período em que o armazém estava credenciado;

VII — substituição de garantia: os produtos vinculados ao EGF podem ser substituídos por títulos representativos da venda desses bens, desde que o prazo seja compatível com o vencimento do EGF.

Art. 2º Estabelecer, para os efeitos do artigo anterior, que as aquisições indiretas se realizem de acordo com a qualidade e quantidade constantes do certificado oficial de classificação e do comprovante de depósito que serviram de base à contratação do EGF, exceto se, no curso normal da operação, for constatada alteração desses parâmetros, ressalvado o direito de pedido de nova classificação pela Conab, em articulação com o financiador e mantida a responsabilidade contratual do armazenador.

Art. 3º Fica a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, ouvida a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, autorizada a adotar as medidas adicionais indispensáveis à implementação das medidas previstas nesta Resolução.

Art. 4º Fica a Conab autorizada a liberar armazenagem em condições especiais, em conjunto com o financiador, devendo, para tanto, estabelecer normas específicas com a finalidade de minimizar riscos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pérsio Arida, presidente

RESOLUÇÃO Nº 2.148, de 16 de março de 1995, do Banco Central do Brasil (DOU: 17-3-1995)

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31-12-1964, torna público que o presidente do Conselho Monetário Nacional, por ato de 15-3-1995, com base no art. 8º, da Medida Provisória nº 911, de 21-2-1995, *ad referendum* daquele Conselho, e tendo em vista as disposições do art. 4º, incisos VI e XXXI da mencionada Lei, resolveu:

Art. 1º Facultar às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural a captação de recursos no mercado externo, destinados:

I — ao financiamento, a produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e suas cooperativas, de custeio, investimento e comercialização da produção agropecuária;

II — ao financiamento a agroindústrias e exportadores, para aquisição de produtos agropecuários, desde que vinculado à quitação de débitos relativos a operações de crédito rural de responsabilidade de produtores e suas cooperativas, pelo correspondente valor.

Parágrafo único. Os financiamentos referidos neste artigo não estão sujeitos às normas do Manual de Crédito Rural (MCR) e do Manual de Crédito Agroindustrial (MCA).

Art. 2º A operação externa está sujeita ao prazo mínimo de amortização de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Os recursos captados no exterior devem ser aplicados:

I — por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, admitido prazo menor apenas com o objetivo de possibilitar a compatibilização dos vencimentos internos e externos;

II — com cláusula de transferência obrigatória ao mutuário final da responsabilidade pela variação cambial.

Art. 4º Além do montante em moeda nacional correspondente à cobertura da dívida em moeda estrangeira (principal e acessórios) acrescido da pertinente comissão e, quando for o caso, da importância correspondente a eventual repasse do Imposto de Renda, a instituição repassadora não pode cobrar do mutuário qualquer outro encargo a qualquer título.

Art. 5º Os recursos captados no exterior, nos termos desta Resolução:

I — não estão sujeitos a recolhimento compulsório nem aos prazos máximos de que trata a Resolução nº 2.118, de 19-10-1994;

II — ficam limitados, por instituição financeira, ao valor do saldo de suas aplicações em crédito rural efetuadas com recursos obrigatórios (MCR 6-2), poupança rural (MCR 6-4) e recursos livres (MCR 6-8), de acordo com os dados constantes do balancete de janeiro de 1995;

III — enquanto não aplicados nas finalidades previstas no art. 1º, somente podem:

a) ser utilizados na constituição de depósito em moeda estrangeira junto ao Banco Central do Brasil, nas condições disciplinadas;

b) ser objeto de repasse interbancário, nas condições estabelecidas na Circular nº 708 de 24-6-1982 e regulamentação complementar, observados o direcionamento e o prazo previstos nos art. 1º e 3º respectivamente.

Art. 6º Até o dia 20 (vinte) de cada mês, a instituição financeira deve encaminhar à Delegacia Regional do Banco Central do Brasil que jurisdicione a sede da entidade informações sobre o valor e o vencimento das operações externas e dos financiamentos realizados, inclusive os pendentes de liquidação.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas a Resolução nº 1.872, de 25-9-1991, a Circular nº 2.067, de 24-10-1991, e a Carta-Circular nº 2.298, de 10-7-1992.

Pérsio Arida, presidente

O balanço da sua empresa com cobertura nacional*, na melhor publicação:

CONJUNTURA ECONÔMICA

*Você atinge todo o país e paga menos do que em um jornal local.

Florestas tropicais: como utilizar sem destruir



MARGARETE MARIN LORDELO VOLPATO

No passado, existia o conceito de que as florestas naturais poderiam ser indefinidamente exploradas, razão pela qual não havia preocupação com a sua renovabilidade. Na última década, surgiu um crescente interesse de profissionais, instituições governamentais e privadas, bem como do público em geral, por esse recurso natural. Já não era sem tempo. O Brasil possui a maior diversidade de espécies do mundo, mas a falta de direcionamento técnico e de conscientização ecológica na exploração desses ambientes tem acarretado prejuízos irreparáveis.

Entretanto, não devemos ser extremistas como alguns preservacionistas, a ponto de advogar a intocabilidade de todas as florestas nativas, nem tampouco agir como outros progressistas, que vêem nelas um obstáculo ao desenvolvimento. Quer do ponto de vista ecológico, quer do ponto de vista econômico, a presença física da floresta é muito importante. Impõe-se encontrar meios de harmonizar os objetivos econômicos com os aspectos ecológicos, visando resguardar os recursos da floresta, não para deixá-la intocada, improdutiva, mas encontrando formas de utilização que permitam ao homem o usufruto de seus inestimáveis recursos, sem causar sua destruição.

As florestas tropicais nativas podem ser manejadas para a produção de madeira para uso industrial e energético, a geração de serviços e benefícios diretos e indiretos e a produção de outras matérias-primas não madeireiras. Entretanto, as várias formas de manejo das florestas tropicais que objetivam a exploração econômica sem alteração do equilíbrio ecológico ainda exigem muito conhecimento básico sobre a dinâmica da regeneração natural da floresta nativa e seu potencial qualitativo e quantitativo, para que possam ser aplicadas com sucesso, sem comprometer a estabilidade, a renovabilidade e a sustentabilidade desse recurso natural.

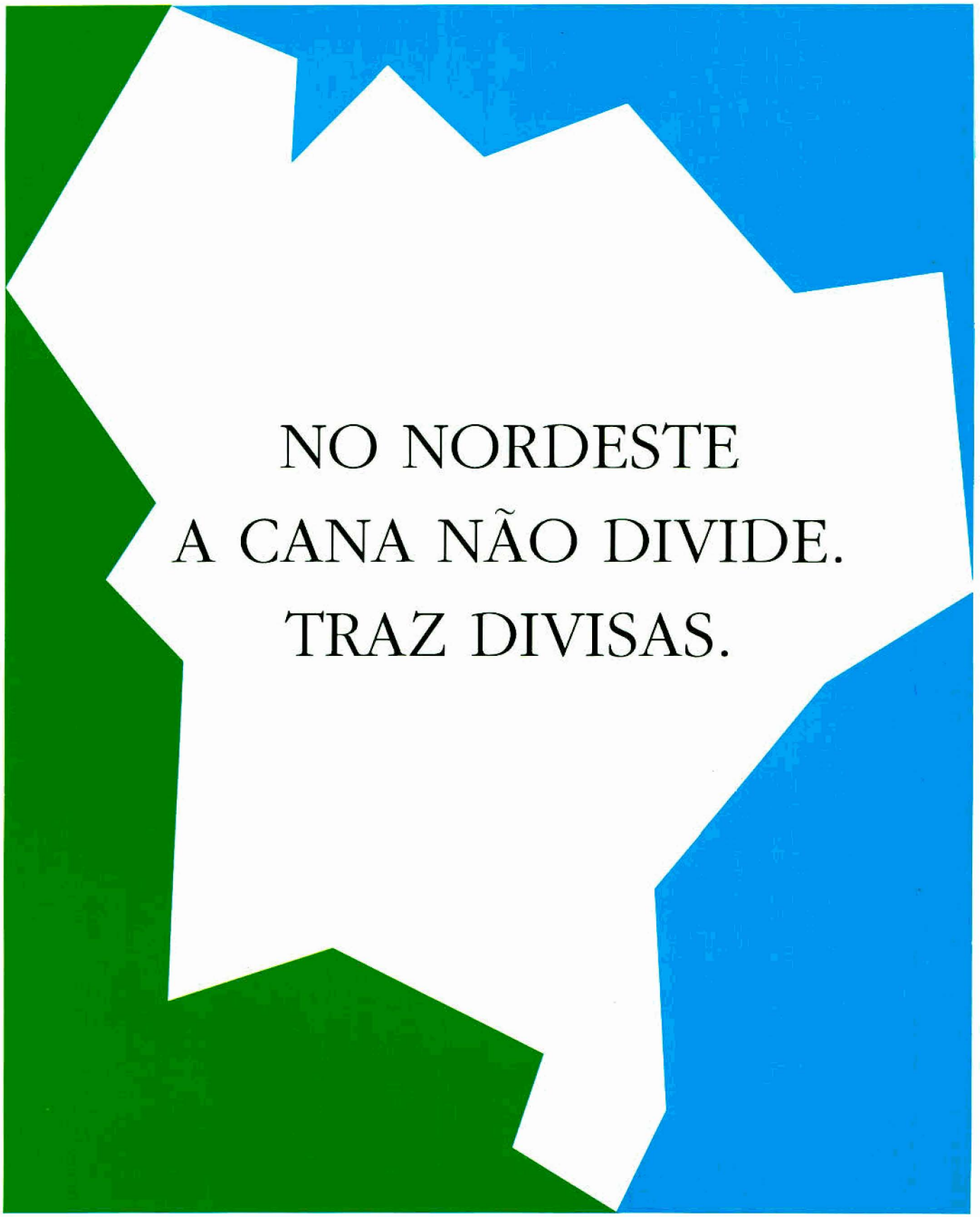
O ponto de partida para o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentado baseia-se no levantamento das espécies presentes na vegetação, distribuição das espécies na área, número de espécies por área, número de indivíduos da mesma espécie nas diversas classes de altura de plantas, associação entre espécies vegetais e animais, relação entre o ambiente e as espécies em suas distintas fases de desenvolvimento, forma de reprodução e dispersão de novos indivíduos. Em seguida devem ser testadas algumas técnicas silviculturais e de exploração de florestas nativas, perturbadas ou não pelo homem, para finalmente ser aplicado o manejo florestal.

Esses estudos começam a ser mais freqüentes e mais detalhados, nas florestas tropicais brasileiras, por regiões e nível de perturbação. A falta de profissionais qualificados e de recursos financeiros, entretanto, impossibilita o conhecimento e, conseqüentemente, a utilização nacional desse recurso natural.

Como exemplo da nova abordagem, em minha tese de mestrado defendida na Universidade Federal de Viçosa foi desenvolvida uma nova metodologia para avaliar o índice de importância das espécies na fase de regeneração natural, em substituição ao índice proposto por V. Finol em 1971, permitindo a avaliação de importância ecológica da espécie por estrato, denominado índice de regeneração natural por classe de tamanho de plantas (RNC). Por meio da soma dos índices de cada classe de tamanho de planta obtém-se um índice único por espécie denominado índice de regeneração natural total (RNT). Essa nova metodologia abrange as espécies que ocorrem em todas as classes de tamanho da planta, ou seja, aquelas que possivelmente conseguirão estabelecer-se na floresta.

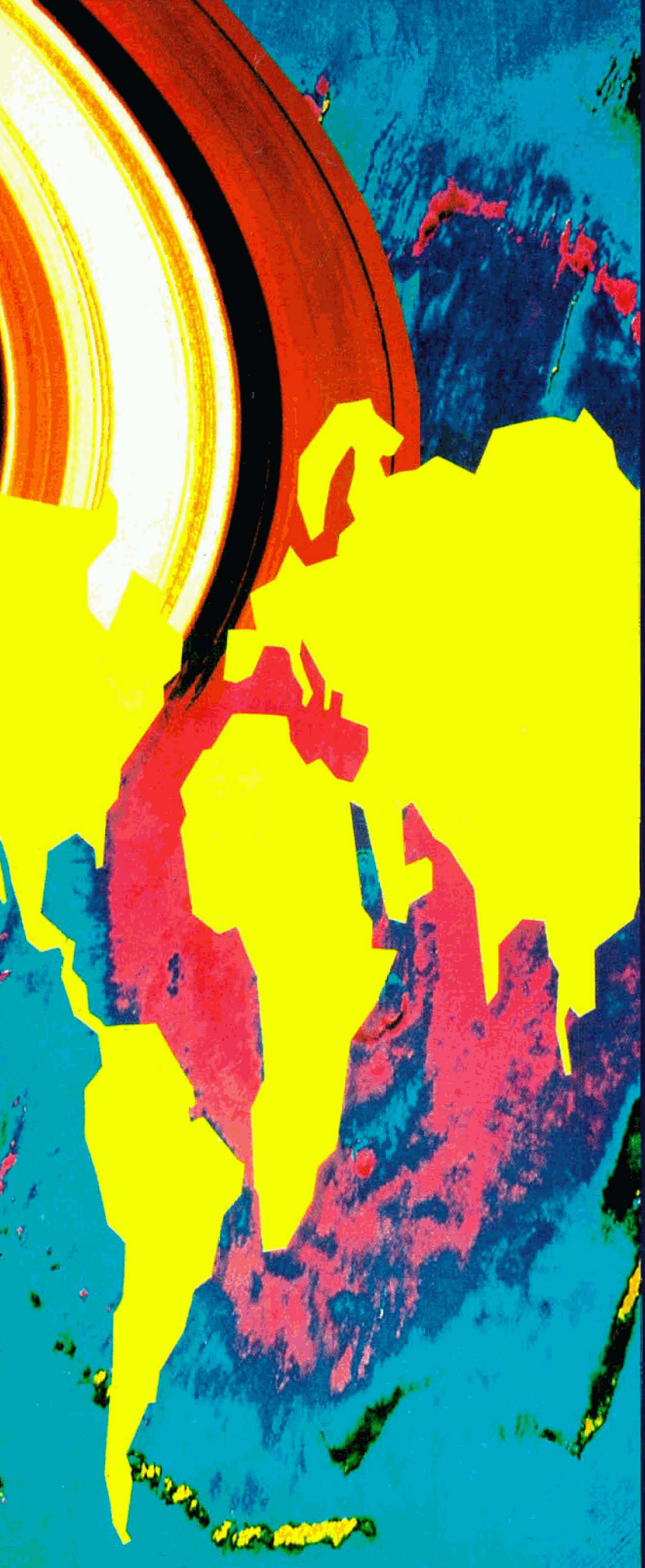
O manejo de florestas tropicais não se deve restringir apenas a encontrar métodos econômicos para a exploração de madeiras destinadas à indústria e à comercialização. É preciso que tenha uma finalidade mais abrangente, que é a regeneração das matas, para que se possa manter constante o equilíbrio ecológico das florestas tropicais.

Margarete Marin Lordelo Volpato é professora visitante da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e vencedora do prêmio Moinho Santista Juventude 1994.



SINDAÇÚCAR
Usinas e Destilarias Sindicalizadas de Pernambuco

ASSUCAL
Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Álcool do Estado de Alagoas



A ECONOMIA MUNDIAL EM TRANSFORMAÇÃO

Mais um lançamento do Comitê de Cooperação Empresarial e do Centro de Economia Mundial da FGV, reunindo os seguintes ensaios:

QUESTÕES BÁSICAS PARA O FUTURO
George Shultz

INDUSTRIALIZAÇÃO E REFORMA ECONÔMICA NA CHINA
Wang Huijiong

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA
Carlos Langoni

O ESTADO NA AMÉRICA LATINA
Helio Jaguaribe

A REESTRUTURAÇÃO MEXICANA
José Angel Gurria

O BRASIL NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA
Celso Lafer

A INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL, REGIONAL E HEMISFÉRICA: ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA BRASILEIRA
Rubens Barbosa

Editora FGV
Praia de Botafogo, 190 - 6º andar
22.253-900 - Rio de Janeiro, RJ
✆ (021) 551-0698
Fax: (021) 551-7801